



**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)**

**INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**O Impacto da Covid-19 na Situação Financeira dos Municípios:  
Análise dos Municípios Portugueses**

**Carlota Isabel Pinto Romarigo dos Santos**

Relatório de Estágio apresentado ao *Instituto Politécnico de Bragança*

Para obtenção do grau de mestre em Contabilidade e Finanças

**Orientação:**

**Prof. Doutor Jorge Manuel Afonso Alves**

**Prof. Doutor Nuno Filipe Lopes Moutinho**

**Bragança, outubro 2023**



**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)**

**INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**O Impacto da Covid-19 na Situação Financeira dos Municípios:  
Análise dos Municípios Portugueses**

**Carlota Isabel Pinto Romarigo dos Santos**

**Orientação:**

**Prof. Doutor Jorge Manuel Afonso Alves**

**Prof. Doutor Nuno Filipe Lopes Moutinho**

**Bragança, outubro 2023**



## Resumo

O presente relatório tem como principal objetivo analisar a Condição Financeira dos Municípios Portugueses, no período compreendido entre 2018 e 2021, e perceber o impacto que a Covid-19 teve na Condição Financeira dos mesmos. Para atingir este objetivo, efetuou-se uma revisão da literatura sobre como aferir a Condição Financeira dos Municípios e os fatores que a podem influenciar. Com base nessa análise, foram formuladas as hipóteses de investigação que permitem entender a relação entre os diferentes fatores e a Condição Financeira. Posteriormente, foram selecionadas como *proxies* da Condição Financeira a Flexibilidade, a Vulnerabilidade e a Sustentabilidade. Considerando cada uma destas variáveis como dependentes, estimaram-se três modelos através do Método dos Mínimos Quadrados. Os resultados obtidos permitiram concluir que os fatores que influenciam, de acordo com o esperado, a Flexibilidade são a população, as receitas fiscais, as despesas de capital, o saldo corrente e a Covid-19; a Vulnerabilidade são a população, o endividamento, as receitas fiscais, o saldo corrente, as transferências da Administração Central e a Covid-19; e a Sustentabilidade a população, o endividamento, as receitas fiscais, as despesas de capital, o saldo corrente, as transferências da Administração Central e a Covid-19. Assim, validaram-se as hipóteses que estabelecem que as receitas fiscais e o saldo corrente influenciam positivamente a Condição Financeira dos Municípios. Também se validou a hipótese que estabelece que as despesas de capital influenciam negativamente a Condição Financeira dos Municípios Portugueses. Contrariamente ao esperado, a Covid-19 não influenciou negativamente a Condição Financeira dos Municípios, assim como a população e o endividamento. Também as transferências da Administração Central, ao contrário do esperado, não influenciaram positivamente a Condição Financeira dos Municípios.

**Palavras - Chave:** Condição Financeira, Flexibilidade, Vulnerabilidade, Sustentabilidade, Covid-19, Municípios

## **Abstract**

The present report has as its main objective to analyze the Financial Condition of Portuguese Municipalities, for the period between 2018 and 2021, and to understand the impact that Covid-19 had on their Financial Condition. To achieve this goal, a literature review was conducted on how to assess the Financial Condition of Municipalities and the factors that can influence it. Based on this analysis, research hypotheses were formulated to understand the relationship between different factors and the Financial Condition. Subsequently, Flexibility, Vulnerability, and Sustainability were selected as proxies for the Financial Condition. Considering each of these variables as dependent, three models were estimated using the Least Squares Method. The results obtained allowed us to conclude that the factors that influence Flexibility, as expected, are population, tax revenues, capital expenditures, current balance, and Covid-19; Vulnerability is influenced by population, indebtedness, tax revenues, current balance, transfers from the Central Administration, and Covid-19; and Sustainability is affected by population, indebtedness, tax revenues, capital expenditures, current balance, transfers from the Central Administration, and Covid-19. Therefore, the hypotheses that state that tax revenues and current balance positively influence the Financial Condition of Municipalities were validated. The hypothesis that capital expenditures negatively influence the Financial Condition of Portuguese Municipalities was also validated. Contrary to expectations, Covid-19 did not negatively influence the Financial Condition of Municipalities, just like population and indebtedness. Also, transfers from the Central Administration, contrary to expectations, did not positively influence the Financial Condition of Municipalities.

**Keywords:** Financial Condition, Flexibility, Vulnerability, Sustainability, Covid-19, Municipalities

## Resumen

El presente informe tiene como principal objetivo analizar la Situación Financiera de los Municipios Portugueses, en el período comprendido entre 2018 y 2021, y comprender el impacto que la Covid-19 tuvo en su Situación Financiera. Para lograr este objetivo, se realizó una revisión de la literatura sobre cómo evaluar la Situación Financiera de los Municipios y los factores que pueden influirla. Basándonos en este análisis, se formularon hipótesis de investigación que permiten entender la relación entre los diferentes factores y la Situación Financiera. Posteriormente, se seleccionaron como indicadores de la Situación Financiera la Flexibilidad, la Vulnerabilidad y la Sostenibilidad. Considerando cada una de estas variables como dependientes, se estimaron tres modelos utilizando el Método de Mínimos Cuadrados. Los resultados obtenidos permitieron concluir que los factores que influyen, como se esperaba, en la Flexibilidad son la población, los ingresos fiscales, los gastos de capital, el saldo corriente y la Covid-19; la Vulnerabilidad está influenciada por la población, el endeudamiento, los ingresos fiscales, el saldo corriente, las transferencias de la Administración Central y la Covid-19; y la Sostenibilidad se ve afectada por la población, el endeudamiento, los ingresos fiscales, los gastos de capital, el saldo corriente, las transferencias de la Administración Central y la Covid-19. Por lo tanto, se validaron las hipótesis que establecen que los ingresos fiscales y el saldo corriente influyen positivamente en la Situación Financiera de los Municipios. También se validó la hipótesis que establece que los gastos de capital influyen negativamente en la Situación Financiera de los Municipios Portugueses. Contrariamente a lo esperado, la Covid-19 no influyó negativamente en la Situación Financiera de los Municipios, al igual que la población y el endeudamiento. Además, las transferencias de la Administración Central, a diferencia de lo esperado, no influyeron positivamente en la Situación Financiera de los Municipios.

**Palabras clave:** Condición Financiera, Flexibilidad, Vulnerabilidad, Sostenibilidad, Covid-19, Municipios



## **Agradecimentos**

Aos meus pais, por todo o amor incondicional, compreensão e sacrifícios que fizeram para me proporcionar a oportunidade de lutar meus objetivos. Sempre estiveram presentes, encorajando-me a persistir mesmo nos momentos mais difíceis. O apoio inabalável foi a minha força motriz e serei eternamente grata por isso.

Aos meus orientadores, Professor Doutor Jorge Alves e Professor Doutor Nuno Moutinho, que me guiaram com sabedoria, paciência e conhecimento durante todo o processo de desenvolvimento deste relatório. A sua orientação e conselhos foram inestimáveis e contribuíram significativamente para o sucesso deste trabalho.

Ao Sr. Professor José Manuel Gonçalves, Presidente da Câmara Municipal de Peso da Régua, pela oportunidade única de estagiar nesta instituição. A sua liderança inspiradora e o seu compromisso com o desenvolvimento do Município foram uma fonte constante de motivação. Grata pela confiança depositada em mim.

Ao Sr. Francisco Cardoso, Dirigente Intermédio de 3º Grau da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Peso da Régua, pelo seu acompanhamento atencioso e constante e pela sua orientação durante todo o período de estágio. A sua experiência e conhecimento foram inestimáveis, proporcionando-me uma visão abrangente dos desafios e responsabilidades envolvidos na Gestão Municipal.

Aos meus amigos, quero expressar a minha gratidão por todo o suporte emocional e encorajamento que me deram ao longo desta jornada. As palavras de incentivo, as mensagens inspiradoras e a presença constante deram-me a confiança necessária para enfrentar os desafios académicos e seguir em frente.

A todos, o meu mais sincero agradecimento. Sem o apoio e a presença de cada um de vocês, eu não teria chegado até aqui. Sei que esta conquista não é apenas minha, mas também de todos vocês que estiveram ao meu lado, a torcer por mim.

## **Abreviaturas e/ou Acrónimos**

AL – Autarquia Local

AMPV – Associação de Municípios Portugueses do Vinho

CF – Condição Financeira

CFM – Condição Financeira dos Municípios

CICA - *Canadian Institute of Chartered Accountants*

CMPR – Câmara Municipal de Peso da Régua

GASB – *Governmental Accounting Standards Board*

IPSASB - *International Public Sector Accounting Standards Board*

LBPC - Lei de Bases da Proteção Civil

OLS - *Ordinary Least Squares*

OMS – Organização Mundial da Saúde



# Índice

Lista de Tabelas .....	ix
Introdução.....	10
1. Estágio.....	11
1.1. Enquadramento da Entidade de Acolhimento.....	11
1.2. Descrição das Atividades Desenvolvidas ao Longo do Estágio .....	13
2. Revisão de Literatura .....	14
2.1. A Condição Financeira dos Municípios .....	14
2.2. Formas de Aferir a Condição Financeira dos Municípios .....	16
2.3. Fatores que Influenciam a Condição Financeira dos Municípios.....	20
2.4. O Impacto da Covid-19 na Condição Financeira dos Municípios .....	25
3. Metodologia de Investigação.....	29
3.1. Objetivo do Estudo e Hipóteses de Investigação.....	29
3.2. Descrição do Instrumento de Recolha de Dados.....	32
3.3. Descrição dos Métodos de Tratamento dos Dados .....	33
3.4. Definição das Variáveis.....	35
4. Apresentação e Análise dos Resultados.....	37
4.1. Estatística Descritiva .....	37
4.2. Matriz de Correlações .....	40
4.3. Análise Multivariada .....	42
4.3.1. Análise da Regressão da Flexibilidade .....	44
4.3.2. Análise da Regressão da Vulnerabilidade .....	44
4.3.3. Análise da Regressão da Sustentabilidade .....	45
4.4. Discussão dos Resultados .....	46
Conclusões, Limitações e Linhas de Investigação Futuras .....	50
Referências .....	52



## Lista de Tabelas

Tabela 1. Indicadores da Condição Financeira dos Municípios. ....	18
Tabela 2. Fatores que influenciam a Condição Financeira dos Municípios .....	24
Tabela 3. Variáveis Explicativas.....	35
Tabela 4. Estatística Descritiva. ....	38
Tabela 5. Matriz de Correlações. ....	41
Tabela 6. Regressão da Flexibilidade (FLE), Vulnerabilidade (VUL) e Sustentabilidade (SUS).....	42
Tabela 7. Resumo dos resultados dos Modelos de Regressão .....	46
Tabela 8. Resultados e Validação de Hipóteses. ....	47

## Introdução

O presente relatório tem por base o estágio curricular realizado na Câmara Municipal de Peso da Régua e tem como principal objetivo perceber qual o impacto da Covid-19 na Condição Financeira dos Municípios (CFM) Portugueses.

As Autarquias Locais (AL) têm adquirido cada vez mais importância na sociedade devido à sua proximidade com os cidadãos e ao seu papel fundamental na satisfação das necessidades e interesses da população (Silva, 2013). Com a perturbação económica causada pela pandemia, a gestão das finanças públicas tornou-se ainda mais importante para garantir a saúde fiscal e o bom funcionamento das atividades estatais. Avaliar a Condição Financeira (CF) permite tomar decisões informadas e implementar medidas corretivas para garantir a Sustentabilidade financeira e a eficiência na Administração Pública.

A CFM é um tema de grande importância devido ao seu impacto direto na qualidade dos serviços públicos prestados. Esta pode ser definida como a capacidade de um Município gerar receitas suficientes para financiar as suas despesas e garantir a prestação de serviços públicos de qualidade. A avaliação da CFM é importante para garantir a sustentabilidade financeira destes, identificar quais estão em situação de risco financeiro bem como desenvolver políticas públicas para melhorar a sua Saúde Financeira.

A pandemia da Covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2020, desencadeou uma crise global sem precedentes, afetando profundamente a saúde pública, a economia e a sociedade como um todo. E Portugal não foi exceção. O confinamento, o encerramento de atividades económicas e o aumento do desemprego levaram a uma redução da receita municipal, principalmente da receita própria, e por sua vez a um aumento das despesas, nomeadamente das despesas com o pessoal e com serviços essenciais, como a saúde e a educação.

Este relatório conta ainda, para além da presente introdução, com mais cinco secções. Após a introdução apresenta-se o trabalho desenvolvido ao longo do estágio e da entidade onde se realizou o mesmo. Na secção direcionada à revisão de literatura, tecem-se algumas considerações sobre o tema. Aqui são abordadas também a definição de CF, as formas de aferir a mesma, bem como os fatores que a influenciam. De seguida é apresentada a metodologia adotada para a realização deste relatório, incluindo as hipóteses de investigação e o modelo de análise adotado. É também apresentado nesta secção o método de recolha de dados. Posteriormente, são apresentados e discutidos os resultados. No final, são apresentadas as conclusões do estudo, destacando os principais resultados. Serão

também discutidas as principais limitações, reconhecendo possíveis restrições que possam ter afetado os resultados. Além disso, serão sugeridas possíveis linhas de investigação futura.

## **1. Estágio**

O estágio curricular desenvolvido integra o plano de estudos do Mestrado em Contabilidade e Finanças. Este teve uma duração de 1183 horas, tendo-se iniciado a 28 de novembro de 2022 e terminado a 28 de julho de 2023, na Divisão Administrativa e Financeira do Município de Peso da Régua.

Durante o estágio houve a oportunidade de entrar em contato direto com o mercado de trabalho, o que proporcionou uma perspetiva realista de como funciona uma instituição pública. Esta experiência foi enriquecedora, pois permitiu observar de perto as dinâmicas, os desafios e as práticas do dia-a-dia. Além disso, foi possível aplicar os conhecimentos adquiridos durante a formação académica, o que permitiu compreender melhor a importância da teoria aliada à prática. O estágio possibilitou uma visão mais ampla do ambiente profissional, contribuindo para o crescimento pessoal e profissional.

### **1.1. Enquadramento da Entidade de Acolhimento**

Situada no coração do Alto Douro Vinhateiro, sendo o Douro nomeado Cidade Europeia do Vinho 2023, Peso da Régua é uma cidade do distrito de Vila Real que conta com cerca de 14.540 habitantes segundo os Censos de 2021.

O Município de Peso da Régua é o órgão executivo responsável pela gestão quotidiana e planificação do rumo do Concelho. Localizada na bela região do Douro, esta instituição desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento local, na melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes e na preservação do património histórico e cultural da região.

Caracterizada pela sua eficiência e transparência, a Câmara Municipal de Peso da Régua procura promover o progresso económico, social e cultural da região. Através da implementação de políticas públicas inovadoras e sustentáveis, esta instituição procura melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, proporcionando-lhes acesso a serviços essenciais como educação e saúde.

Além disso, a Câmara Municipal é uma defensora incansável do património histórico e cultural da região. Com um compromisso firme com a preservação e valorização da identidade local, esta instituição promove a realização de eventos culturais, desportivos e sociais, que visam enaltecer as tradições e promover a participação ativa da comunidade.

Através de uma gestão participativa e transparente, a Câmara Municipal de Peso da Régua procura envolver a população nas decisões e ações que impactam diretamente as suas vidas. Para isso, são

realizadas reuniões e assembleias, visando garantir a participação ativa dos cidadãos na construção de um futuro cada vez melhor.

Em suma, a Câmara Municipal de Peso da Régua é uma instituição comprometida com o desenvolvimento sustentável, a preservação do património histórico e cultural, e a melhoria da qualidade de vida da comunidade local. Com uma gestão eficiente e participativa, esta Câmara trabalha incansavelmente para tornar Peso da Régua um lugar ainda mais atrativo e próspero para se viver.

Em 2019, a cidade de Peso da Régua foi eleita a Cidade do Vinho pela Rede Europeia das Cidades do Vinho. Essa distinção reconhece a importância e excelência do vinho produzido na região, bem como as iniciativas promovidas pela cidade para promover o enoturismo e a cultura vitivinícola (AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho, 2023)

A Câmara Municipal de Peso da Régua é composta por diferentes divisões que desempenham funções específicas na gestão e administração do município (CMPR, 2023):

- A Divisão Administrativa e Financeira é responsável pela coordenação e gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais do Município e também supervisiona os serviços administrativos e de apoio.
- A Divisão de Planeamento, Desenvolvimento Económico e Gestão do Território desempenha um papel fundamental no planeamento urbano, na aprovação de projetos, no desenvolvimento económico e na revitalização urbana. Além disso, colabora com outras entidades para promover melhorias contínuas no território.
- A Divisão de Obras Públicas e Serviços Urbanos é encarregada de planear, coordenar e executar as obras públicas no Município. Isto inclui a gestão do planeamento urbano, licenciamento de obras, fiscalização e manutenção das infraestruturas municipais.
- A Divisão de Desenvolvimento Social e Equipamentos que é responsável por promover políticas de inclusão social, gerir equipamentos públicos como as escolas, coordenar projetos de habitação social e implementar programas de apoio a famílias em situação de Vulnerabilidade. Além disso, é responsável por organizar atividades culturais e desportivas, visando o desenvolvimento e a qualidade de vida da população.

O Município conta também com o Gabinete de Apoio à Presidência, o Gabinete de Fundos Comunitários, o Gabinete Habitação e ainda a Proteção Civil - estando estes dependentes do Presidente da Câmara Municipal, o Professor Doutor José Manuel Gonçalves.

## **1.2. Descrição das Atividades Desenvolvidas ao Longo do Estágio**

Ao longo dos oito meses de estágio, foram desenvolvidas diversas atividades que contribuíram essencialmente para a redação do presente relatório mas também para o aprimoramento dos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos ao longo do percurso académico. Nesta subsecção são apresentadas estas atividades.

### **1.2.1. Recolha e Análise de Informação**

Relativamente à principal atividade executada durante o período de estágio, esta dividiu-se em diversas etapas, tais como a elaboração da revisão de literatura, a recolha e tratamento dos dados, bem como a interpretação dos resultados obtidos.

A revisão de literatura foi a etapa mais longa e exigiu uma maior dedicação de tempo, sendo um processo constante ao longo de todo o estágio. A procura por artigos, livros e estudos relevantes consumiu grande parte do estágio, de modo a garantir uma base sólida de conhecimento para fundamentar o presente relatório. A revisão de literatura desempenha um papel fundamental na construção do enquadramento teórico, na identificação de falhas no conhecimento existente e na fundamentação das escolhas metodológicas, contribuindo para a qualidade e originalidade do relatório.

A recolha e tratamento de dados, desenvolvidos durante o último mês de estágio, desempenham um papel fundamental na elaboração de qualquer investigação de modo a garantir a qualidade e sustentação dos argumentos apresentados. Estes processos permitem obter informações relevantes e fundamentadas para a pesquisa, possibilitando a análise e interpretação dos resultados. Além disso, a etapa em análise fornece suporte empírico para as conclusões e contribui para a validade e confiabilidade do estudo.

### **1.2.2. Apoio na Área Administrativa e Financeira**

Além da redação do relatório de estágio, foi possível a prática de atividades que permitiram a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o percurso académico. Estas desenvolveram-se esporadicamente ao longo dos oito meses de estágio, de modo a auxiliar na sobrecarga de trabalho que se fazia sentir.

Registaram-se faturas, emitiram-se guias de receita, propostas de cabimento, requisições externas entre outras funcionalidades a partir do software “SNC-AP”. Através da aplicação “Aprovisionamento” foi possível emitir requisições internas, pedidos de aquisição e notas de encomenda. Por sua vez, com o auxílio do programa “Património” foi possível realizar a inventariação de bens entre outras aplicabilidades.

## **2. Revisão de Literatura**

O presente relatório de estágio procura analisar, para os Municípios Portugueses, o impacto que a Covid-19 teve na sua CF.

Este estudo surge da necessidade de o tema escolhido se enquadrar no âmbito do estágio a desenvolver e de não se conhecer a existência de outros estudos que abordem o impacto da Covid-19 na CFM.

De forma a realizar um enquadramento teórico do tema em estudo, apresentam-se nesta secção os contributos de literatura de diversos autores, nacionais e internacionais, com vista a estabelecer conceitos fundamentais para a análise que se segue.

### **2.1. A Condição Financeira dos Municípios**

As AL, nomeadamente os Municípios, são a entidade pública mais próxima dos cidadãos, a que melhor os conhece e que mais capacidade tem para colaborar na resolução dos seus problemas. Assim, o Município é, atualmente, uma das instituições mais sólidas e mais duráveis do nosso ordenamento jurídico (Rocha et al., 2017).

Os contratempos da atualidade, sentidos pelas AL, fazem com que exista uma preocupação crescente face à sua CF. Neste sentido, os gestores públicos têm desenvolvido esforços, no contexto de conhecer

esta realidade de forma a poder geri-la e controlá-la (Gómez et al., 2006). Estar atento à CFM é essencial para determinar a capacidade destes, pois ajuda a cumprir com as suas obrigações financeiras, uma tarefa desafiadora para qualquer entidade pública (McDonald, 2018).

Na tentativa de contribuir para o esclarecimento do conceito de CF, o *Governmental Accounting Standards Board* (2004), Gómez et al. (2006), Wang et al., (2007) e Casal e Gómez (2011) consideram que esta se relaciona com a capacidade de uma instituição cumprir com as suas obrigações financeiras e com a habilidade de continuar a prestar serviços em quantidade e qualidade de modo a satisfazer as necessidades dos cidadãos. Este último autor acrescenta ainda a aptidão de gerar recursos para fazer face às despesas sem recorrer ao défice.

Para James e Wooten (2010), a CF é considerada um problema económico e financeiro de uma entidade que provoca mudanças radicais na vida organizacional, exigindo respostas estratégicas dos gestores públicos para se adequar às novas circunstâncias criadas.

Segundo Arnett (2014) e Helpap (2016), a CF é entendida como a capacidade de um governo em equilibrar as suas obrigações financeiras com os seus fluxos de receita disponíveis. Portanto, esta indica a proficiência dos governos no quão eficientemente eles podem cumprir todos os tipos de obrigações financeiras (de curto e longo prazo) e a capacidade do governo local em financiar os programas e serviços básicos conforme definido por lei (McDonald, 2018). Assim, um governo é considerado financeiramente saudável se os seus recursos atenderem às suas obrigações. Por sua vez, se não tiver os recursos necessários, pode estar a passar por uma crise financeira (Wang et al., 2007).

São diversas as definições sobre a CFM. No entanto, existe um consenso generalizado de que a CF é importante para a prestação eficaz e eficiente de serviços públicos (Wang et al., 2007).

Sem uma CF saudável dos governos locais, a qualidade do serviço público sofrerá no futuro. A má CF implica que os governos locais sejam menos suscetíveis de manter a obrigação financeira atual a um nível aceitável de recursos disponíveis (Huang & Ho, 2013). Portanto, é crucial aferir a CF das AL para minimizar este problema.

A avaliação da CFM é também fundamental para diagnosticar o desempenho financeiro e a qualidade das políticas públicas, da gestão e dos serviços (Santos et al., 2020). Assim, independentemente do objetivo a atender, a avaliação torna-se imprescindível a todos os utilizadores da informação financeira (Lima & Diniz, 2016).

Manter a saúde financeira dos Municípios equilibrada é uma condição essencial para a prestação, adequada e contínua, de qualquer serviço público, de modo a satisfazer as necessidades e garantir o bem-estar da comunidade (Cohen et al., 2012). Assim, uma CF saudável deve ser um dos principais objetivos a ter em conta pelos gestores públicos (Lima & Diniz, 2016).

## 2.2. Formas de Aferir a Condição Financeira dos Municípios

Segundo Bisogno et al. (2019), o conceito de CF é um pouco abstrato, não podendo ser observado diretamente nem medido com precisão, ou seja, não há um método único pelo qual possa ser medido, como pode ser verificado nas várias propostas que foram sendo formuladas a esse respeito.

O *Canadian Institute of Chartered Accountants*, (2010) atenta que a CF de uma instituição pode ser medida através de um conjunto de indicadores relacionados com a Sustentabilidade - ou seja, em preservar e promover o bem-estar dos cidadãos - a Flexibilidade, que consiste na capacidade de responder a alterações económicas e financeiras recorrendo a impostos, transferências ou endividamento e a Vulnerabilidade, que se relaciona com o nível de dependência da instituição no que diz respeito às transferências e subsídios, recursos estes que não consegue controlar.

Para Silva e Caldas (2019), a despesa realizada *per capita* e o desvio da previsão orçamental são indicadores de Vulnerabilidade. Estes autores consideram também um indicador de Flexibilidade a participação da dívida consolidada no Produto Interno Bruto (PIB). Por sua vez, Gómez et al. (2006) afirmam que a relação entre as despesas de funcionamento e financeiras com as receitas correntes totais formam um outro possível indicador de Flexibilidade.

Destes três conceitos, a Sustentabilidade assume maior relevância em consequência dos problemas financeiros e do alto nível de endividamento público que se fazem notar. Como visto, a Sustentabilidade pode ser definida como uma componente da CF, sendo que ambos os conceitos são muitas vezes confundidos (Bisogno et al., 2017). Para estes autores, a Sustentabilidade é mais perceptível, sendo um conceito mais amplo que consiste na “capacidade de manter os serviços públicos existentes e cobrir as obrigações para com os credores, sem aumentar o endividamento e os níveis de tributação” (Bisogno et al., 2017, p.61). Embora as definições desta componente da CF sejam variadas, todas elas têm presentes os gastos, as receitas e as dívidas.

São diversas as tentativas de retratar a Sustentabilidade financeira, sendo que estas assentam num leque de características destacadas pelo *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB) (2013): prestação de serviços públicos, custo-eficiência, endividamento e equidade intergeracional. Assim, é possível definir a Sustentabilidade financeira como a capacidade da AL em manter o bem-estar da sociedade através da prestação de serviços públicos - de qualidade e em quantidade ao menor custo – de modo a atender às suas necessidades, sem comprometer a capacidade de o fazer no futuro.

Para Wang et al., (2007), com base na definição de Grooves et al. (2003) sobre a CFM, esta assenta sobre quatro dimensões:

- Solvência de curto prazo: capacidade que os Municípios têm em gerar caixa suficiente para cumprir com as suas obrigações de curto prazo;

- Solvência orçamental: que está relacionada com a capacidade dos Municípios em conceber receita suficiente para suportar as suas obrigações;
- Solvência de longo prazo: capacidade das AL cumprirem com o pagamento de todas as suas despesas de longo prazo;
- Solvência ao nível do serviço: que pode ser definida como a capacidade dos Municípios em prestar serviços de qualidade para satisfazer as necessidades da comunidade.

A mensuração da condição e da Sustentabilidade financeira de um Município é realizada através de um conjunto de indicadores, tal como é possível verificar perante a literatura internacional. Estes são obtidos através das demonstrações financeiras disponibilizadas, sendo estas consideradas imprescindíveis, uma vez que permitem aos utilizadores compreender a situação financeira de qualquer entidade (IFAC, 2014).

A CF apresenta algumas particularidades que devem ser consideradas no decurso da elaboração dos indicadores, tais como a dimensão temporal e conceitual, o ambiente económico, as obrigações financeiras e a avaliação com base em variáveis (Berne & Scharamm, 1986).

Brown (1993) desenvolveu o Teste de 10 pontos da CF (*Brown's 10-Point Test*), o qual abrange 10 indicadores financeiros, que possibilitam fazer uma avaliação de forma rápida e eficaz, além de permitir a comparação do desempenho financeiro entre os diversos Municípios. Este autor utiliza variáveis como: população, receita total, receita própria, receita corrente, transferências correntes, despesas correntes, despesas totais, superávit financeiro, disponibilidades, obrigações de curto prazo, dívida consolidada e receita corrente líquida, para calcular os indicadores tratados de seguida (Antunes, 2018).

De acordo com Wang et al. (2007), a CF pode ser analisada através de um conjunto de 11 indicadores que correspondem às dimensões sobre as quais se enquadra a CF. Estas dimensões foram utilizadas igualmente por Ritonga (2012), sendo que este autor recorreu também à Flexibilidade financeira e à independência financeira para o seu estudo.

Para Diniz et al. (2012, p.7), a CF deve, essencialmente, “combinar recursos externos com internos, eficiência orçamental como disponibilidade para investimentos, equilíbrio entre receitas e despesas e gastos assumidos no passado, tornando-se um fenómeno complexo em sistema aberto”. Estes autores delinearam, com base nas dimensões propostas por Brown (1993), 10 indicadores que auxiliam na análise da CFM.

De acordo com o *Office of Auditor General of Canada* (OAGC) (2012), a dívida (de longo prazo e líquida), o supéravit/déficit, os custos de serviço da dívida e as despesas por departamento são exemplos de indicadores utilizados na análise da Sustentabilidade financeira municipal. Além destes, o IPSASB (2013), propõe um conjunto de indicadores que engloba a dívida (líquida e total), o saldo global e o património líquido, que auxiliam na avaliação da componente em estudo. Segundo o estudo de Bolívar

et al., (2014), estes afirmam que a Sustentabilidade pode ser medida através da dívida líquida e do rendimento ajustado.

Por sua vez, o Relatório de Sustentabilidade Fiscal elaborado pela Comissão Europeia (2012) sugere três dimensões para avaliar a Sustentabilidade - curto, médio e longo prazo. A Sustentabilidade de curto prazo engloba indicadores como o saldo primário, a dívida bruta e de curto prazo e o crescimento das taxas de juro. Na volta, a Sustentabilidade de médio e longo prazo relacionam-se com as quebras orçamentais na dívida bruta, no saldo primário e custos decorrentes do envelhecimento da população.

De acordo com o *IPSASB* (2013), a Sustentabilidade de longo prazo é composta por três dimensões inter-relacionadas: serviço, receita e dívida, sendo que estas se mantêm dentro das limitações da dívida de acordo com as estimativas da política atual sobre a prestação de serviços.

A dimensão do serviço está relacionada com os serviços prestados à comunidade e pode ser aferida através dos respetivos gastos como os salários, despesas de capital, despesas com o pessoal e despesas financeiras (Brusca et al., 2015). A dimensão da receita e da dívida consideram os níveis de tributação e outras fontes de receita e dívida ao longo do período das projeções, respetivamente. Através da segunda dimensão é possível identificar quatro fatores que afetam a Sustentabilidade financeira – receitas externas, internas, de capital e operacionais (Guillamón et al., 2011). Por sua vez, para a analisar a dimensão da dívida recorre-se a quatro indicadores – dívida total, de curto e longo prazo, comercial e financeira (Rivenbark et al., 2010 e Cabaleiro et al., 2013). Assim, as receitas devem ser adaptadas às responsabilidades do serviço sem incorrer em dívidas de longo prazo (Sinervo, 2020).

Desta forma, os Municípios Sustentáveis serão capazes de fornecer com eficiência diversos serviços (sociais, habitacionais, de transporte, saúde, educação, entre outros) que estão relacionados a fatores de bem-estar (Cuadrado-Ballesteros et al., 2014 e González et al., 2011). Além disso, a Sustentabilidade financeira está intrinsecamente relacionada à prestação de contas, pois esta é essencial para a gestão eficiente e eficaz dos recursos públicos, o que requer forte disciplina fiscal (Schaltegger & Torgler, 2007).

A Tabela 1 apresenta as várias componentes da CF, tal como os respetivos utilizados e os autores que fundamentam cada um deles.

**Tabela 1.** Indicadores da Condição Financeira dos Municípios.

<b>Dimensões / Componentes da Condição Financeira Municipal</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Trabalhos</b>
<b>Sustentabilidade</b>	Total das despesas pagas/ Total das receitas cobradas	Gómez et al. (2006) OAGC (2012); IPSASB (2013); Bolívar et al. (2014)
	Saldo Global	OAGC (2012); IPSASB (2013)
	Dívida total	IPSASB (2013)

	Patrimônio líquido	
	Rendimento ajustado	Bolívar et al. (2014)
<b>Flexibilidade</b>	Despesas totais sem transferências e subsídios/ Total de receitas correntes	Gómez et al. (2006); Ritonga (2012)
<b>Vulnerabilidade</b>	Despesa realizada <i>per capita</i>	Silva e Caldas (2019)
	Desvio da previsão orçamental	
<b>Solvência de Curto Prazo</b>	Liquidez geral	
	Liquidez imediata	
	Liquidez reduzida	
<b>Solvência Orçamental</b>	Eficiência orçamental	
	Resultado Orçamental <i>per capita</i>	Wang et al. (2007); Grooves et al. (2003); Zafra-Gomez et al. (2009); Ritonga (2012); Gorina et al. (2018)
<b>Solvência de Longo Prazo</b>	Patrimônio Líquido	
	Obrigações de longo prazo	
	Obrigações de longo prazo <i>per capita</i>	
	Receita de impostos <i>per capita</i>	
	Despesa <i>per capita</i>	
	Receita <i>per capita</i>	Brown (1993); Diniz et al. (2012)
<b>Receita</b>	Participação de Receitas Próprias (Independência Financeira)	Brown (1993); Diniz et al. (2012); Ritonga (2012)
	Importância do excedente acumulado	Diniz et al. (2012); Navarro-Galera et al. (2017, 2020)
	Participação de receitas de transferência	
<b>Despesa</b>	Participação despesas operacionais	Brown (1993)
	Despesa fixa	Diniz et al. (2012)
<b>Estrutura Operacional</b>	Operacionalização das receitas e despesas totais	
	Comprometimento das receitas correntes com as obrigações de curto prazo	Brown (1993); Diniz et al. (2012)
	Operacionalização de despesas com pessoal	
	Operacionalização de investimento	Diniz et al. (2012)
<b>Estrutura da Dívida</b>	Dívida a curto prazo	
	Dívida Consolidada	Brown (1993); Diniz et al. (2012)
	Dívida <i>per capita</i>	Brown (1993)

Fonte: Elaboração própria

Analisados alguns dos métodos de mensuração, no próximo ponto apresenta-se um conjunto de estudos que foram realizados com o intuito de obter fatores que influenciam a CFM.

### **2.3. Fatores que Influenciam a Condição Financeira dos Municípios**

A análise da CF relaciona-se com a mensuração dos aspetos financeiros das entidades governamentais (neste caso, os Municípios) (Lima & Diniz, 2016). Contudo, segundo estes autores, a literatura atesta a existência de aspetos pertinentes a serem estudados sobre os fatores que influenciam esta análise:

- Necessidade da comunidade;
- Condições de produção de serviços;
- Recursos da comunidade;
- Estrutura política e governamental, políticas de governo e práticas de finanças governamentais.

A CF de um Município é influenciada por uma série de fatores complexos que podem moldar a sua saúde económica e, conseqüentemente, a capacidade de cumprir com as suas obrigações e promover o bem-estar da comunidade. Compreender estes fatores e como eles interagem é fundamental para o planeamento financeiro eficaz e a resiliência municipal, permitindo que tomem decisões informadas para enfrentar desafios e promover o desenvolvimento sustentável.

Além dos diversos estudos realizados, que contribuíram para entender a mensuração da condição e Sustentabilidade financeira dos Municípios, é importante analisar os *drivers* e os fatores de risco desta, ou seja, os seus determinantes. No que respeita a estes, a literatura internacional permite verificar que poderão ser diversos (Ribeiro et al., 2016).

Diferentes fatores como o desempenho económico, os fatores naturais e demográficos, a eficiência administrativa, a receita e despesa, a descentralização de recursos e até os tipos de serviço afetam a CF das AL (Trussel & Patrick, 2018).

De acordo com o estudo de Guillamón et al. (2011) sobre os Municípios espanhóis, os fatores políticos, socioeconómicos e financeiros são também determinantes da Sustentabilidade financeira dos Municípios. Os fatores políticos podem influenciar esta através de decisões e políticas governamentais que afetam o orçamento e as receitas municipais, como a alocação de recursos, a carga tributária e a eficiência na gestão dos recursos. Por sua vez, os fatores socioeconómicos e financeiros também influenciam a Sustentabilidade uma vez que o nível de desenvolvimento socioeconómico de uma região afeta a capacidade dos Municípios em arrecadar receitas, como impostos locais, taxas e transferências intergovernamentais. Um outro determinante é a dívida pública, explicado por Pirtea et al. (2013).

Wallstedt (2014) afirma que o estudo dos determinantes da Sustentabilidade requer também a análise das dificuldades financeiras. Estas podem ser classificadas, quanto à sua natureza, em três grupos de fatores (Carmeli, 2008): estruturais, organizacionais e híbridos. Os fatores estruturais são fatores que requerem um longo período de tempo para que as mudanças possam ser feitas e são importantes quando estratégias para melhorar as condições financeiras estão a ser desenvolvidas. Os fatores organizacionais relacionam-se com as capacidades administrativas do Município. Por sua vez, os fatores híbridos referem-se à relação entre o Governo Local e o Central.

No que diz respeito aos fatores que influenciam a CFM, foram realizados estudos com o objetivo de testar as variáveis que a pudessem afetar (Groves et al., 2003; Nollenberger et al., 2003; Gardini & Grossi, 2018).

Nollenberger et al. (2003) e Groves et al. (2003) consideram que os fatores organizacionais e ambientais são determinantes da CFM, sendo que este último estudou também a influência de fatores financeiros na mesma. Às práticas de gestão e políticas legislativas desenvolvidas pelos Municípios em resposta aos desafios causados pelos demais fatores (ambientais e financeiros) dá-se o nome de fatores organizacionais. Quanto mais rápida for a adequação dos Municípios a estas mudanças, maior a probabilidade destes em manter uma CF melhor. De acordo com Dantas Júnior (2018), os fatores ambientais afetam tanto positiva como negativamente a CF Municipal.

Segundo Gardini e Grossi (2018), é essencial distinguir fatores internos de fatores externos, sendo estes últimos mais difíceis de controlar por parte do Município. Os fatores externos englobam fatores demográficos e socioeconômicos, sendo estes a densidade, dimensão e riqueza populacional, o PIB, a taxa de desemprego, de inflação e de imigração e o nível de escolaridade da população. Estes autores concluíram no seu estudo que tanto a população, como o desemprego, a população dependente e a imigração se relacionam negativamente com a Sustentabilidade dos Municípios. A densidade demográfica bem como a riqueza da população têm uma relação incerta. Relativamente à educação esta relaciona-se positivamente, juntamente com a urbanização e a localização.

Por sua vez, os fatores internos incluem os fatores políticos - ideologia política, interesses políticos, estratégias de fusão e descentralização -, ou seja, fatores relacionados com gestão e transparência municipal. No que diz respeito aos fatores políticos, os autores chegaram à conclusão que estes afetam negativamente a Sustentabilidade.

Diniz et al. (2011), Lima e Diniz (2016) e Nobre (2017) estudaram os Municípios Brasileiros e concluíram que os fatores financeiros, os fatores ambientais e organizacionais e os fatores internos e externos ao Município, respetivamente, influenciam a CF destes. O estudo de Diniz et al. (2011) revela que de entre os indicadores financeiros analisados, apenas os gastos *per capita* com saúde, urbanismo e saneamento se relacionam significativamente com a eficiência financeira dos Municípios e, conseqüentemente, com a sua CF. Por sua vez, para Lima e Diniz (2016) a CF Municipal é influenciada positivamente pelos fatores ambientais e organizacionais. De acordo com Nobre (2017), para a

mensuração da CFM as variáveis implicadas são influenciadas tanto positiva ou negativamente por fatores internos e externos à entidade. Deste modo, ao descrever sobre as dificuldades respeitantes à análise da CFM, Groves et al. (1981) reiteram que esta é composta por um conjunto de indicadores que envolvem a economia do país, aspetos populacionais e fatores financeiros internos.

Por sua vez, Pérez e Gomez (2009), Diaz et al. (2012) e Casal e Gómez (2011) tentaram perceber quais os fatores mais relevantes associados à CFM espanhóis, sendo que estes últimos autores aplicaram o seu estudo à Comunidade Autónoma da Galiza. Casal e Gómez (2011) e Pérez e Gomez (2009) defendem que a CFM é influenciada, fundamentalmente, por fatores demográficos, sendo que estes últimos autores concluem que os fatores financeiros são também um fator determinante desta análise.

Díaz et al. (2012) procuraram perceber o efeito de uma crise financeira e económica, que levou à crise da dívida dos países europeus, na CF. Isto porque James e Wooten (2010) consideraram a crise como um fator ambiental que condiciona o desenvolvimento da atividade empresarial e que provoca mudanças na vida organizacional. De notar que atualmente a situação económica do país (após atravessar uma crise pandémica associada ao Covid-19) levou a que a CF das AL se alterasse negativamente. Assim, os autores concluíram que seria essencial que, para diminuir os efeitos da crise pandémica, se definissem medidas estratégicas, levando a que os fatores organizacionais e estruturais tenham que ser analisados.

A autora Vonen (2011) para analisar a CFM aplicou o seu estudo na Noruega, onde utilizou a crise financeira e o recuo económico como justificação para tal. Para isto utilizou o crescimento do PIB, concluindo que este influencia positivamente a saúde financeira do Município.

Hatzius et al. (2010) estudaram o mercado financeiro e relacionaram a atividade económica com a CF, procurando compreender o comportamento desta através da variação do PIB e da inflação. Estes autores construíram um índice da CF e concluíram que a capacidade preditiva destes para o crescimento do PIB no futuro relativamente a um simples *benchmark* autorregressivo muda ao longo do tempo.

Brusca et al. (2015) e Zafra-Gómez et al. (2009) analisaram os Municípios de Espanha e os Municípios italianos, concluindo que os fatores socioeconómicos, políticos e financeiros influenciam a sua CF. Os resultados do estudo de Brusca et al. (2015) destacam que em Itália a CF de longo prazo e as perspetivas económicas de curto prazo não estão correlacionadas entre si. Pelo contrário, em Espanha estas duas dimensões estão fortemente relacionadas negativamente. Adicionalmente, consideraram que os primeiros fatores são os principais determinantes externos da CF, podendo estar dependente também de fatores políticos, tais como a forma de governação e a ideologia política.

Ritonga (2014) desenvolveu um estudo sobre os Municípios indonésios, analisando os fatores socioeconómicos e demográficos que influenciam estes. No seu estudo utiliza variáveis como, densidade populacional, salário mínimo nacional, PIB, perfil etário da população, riqueza da população,

tamanho da população, receitas, eficiência financeira e custo de bens e serviços. Estes últimos quatro fatores influenciam significativamente a CFM. Por sua vez, a densidade populacional, o perfil etário da população e a sua respetiva riqueza são variáveis insignificantes para o estudo.

Wang et al. (2007) analisaram os Municípios dos Estados Unidos da América, chegando à conclusão que apenas os fatores financeiros impactam negativamente os mesmos. Eles afirmam que quanto menor for a receita tributária e quanto maior forem as despesas operacionais e a dívida, pior é a CFM. Estes autores evidenciam que a inserção de fatores socioeconómicos não financeiros na análise da CF Municipal pode ser contestável, uma vez que recorrer a estes fatores durante a análise da CF pode ser aleatório e às vezes incorreto.

Analisando a Tabela 2, a CF é influenciada por diversos fatores que podem ser agrupados em quatro categorias: financeiros, demográficos, socioeconómicos e políticos. Estes fatores muitas vezes interligados, desempenham um papel crucial na determinação da saúde financeira das Administrações Locais.

Os fatores financeiros, segundo diversos autores (e.g. Diniz et al., 2011; Ritonga, 2014; Batista et al., 2023; Guillamón et al., 2011; Carmeli, 2008; Pirtea et al., 2013; Andirfa et al., 2016; Leki, 2018; Aminah et al., 2019; Qowi & Prabowo, 2017; Fernandes et al., 2020; Pérez & Gomez, 2009; Hatzius et al., 2010; Pascual et al., 2008), são essenciais na avaliação da CFM e estão diretamente relacionados à gestão de recursos e à Sustentabilidade Financeira. A dívida pública (Pirtea et al., 2013) é um fator crítico. Quando o nível de endividamento é alto pode criar pressões financeiras, enquanto uma gestão prudente da dívida pode ser benéfica (Guillamón et al., 2011). A diversificação de fontes de receita é frequentemente vista como positiva. Os estudos de Diniz et al. (2011) e Ritonga (2014) explicam a influência positiva da receita na CFM. As receitas desempenham um papel essencial, permitindo que os Municípios atendam às necessidades da sociedade e promovam o desenvolvimento sustentável.

Os fatores demográficos incluem elementos-chave da população de um Município e a sua composição (Ritonga, 2014; Wang et al., 2007; Carmeli, 2008, Gonçalves, 2018; Casal & Gómez, 2011). A densidade populacional é um exemplo de indicador deste tipo de fatores. Esta refere-se ao número de pessoas por unidade de área. Quanto mais densa for a população, maior a base de receita potencial por meio de impostos locais, contribuindo positivamente para a CF do Município.

**Tabela 2.** Fatores que influenciam a Condição Financeira dos Municípios

<b>Fatores</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Comportamento esperado</b>	<b>Trabalhos</b>
<b>Financeiros</b>	Receita	+	Diniz et al. (2011); Ritonga (2014); Batista et al. (2023)
	Receita fiscal	+	Batista et al. (2023)
	Arrecadação de receita própria	+	
	Estrutura tributária	+	
	Dependência de transferências intergovernamentais	-	Guillamón et al. (2011)
	Endividamento	-	
	Gestão e transparência financeira	+	Guillamón et al. (2011); Carmeli (2008)
	Dívida pública	-	Pirtea et al. (2013)
	Despesa	+/-	
	Estrutura da Dívida	-	Diniz et al. (2011)
	Estrutura operacional	+/-	
	Despesa de capital	+/-	Andirfa et al. (2016); Leki (2018); Aminah et al. (2019); Qowi e Prabowo (2017)
	Despesa com pessoal	-	Fernandes et al. (2020)
	Eficiência de Custos	+	Peréz e Gomez (2009)
	Eficiência financeira	+	
Custo de bens e serviços	+/-	Ritonga (2014)	
Reserva de recursos governamentais	+/-		
Relação entre Governo Central e Local	+/-	Carmeli (2008)	
Avaliação do desempenho	+		
Saldo corrente	+	Pascual et al. (2008)	
<b>Demográficos</b>	Tamanho da população	+/-	Ritonga (2014); Wang et al. (2007); Carmeli (2008); Gonçalves (2018)
	Dimensão da população	+/-	
	Localização Geográfica	+/-	Casal e Gómez (2011)
<b>Socio económicos</b>	Rendimento per capita	+	Guillamón et al. (2011); Wang et al. (2007)
	Nível socioeconómico da população	+	Carmeli (2008)
	Crescimento do PIB	+	Ritonga (2014); Wang et al. (2007); Hatzius et al. (2010); Vonen (2011)
	Inflação	+/-	Hatzius et al. (2010)
	Emprego	+	Wang et al. (2007)
	Crise	-	Díaz et al. (2012)
	Educação	+	Guillamón et al. (2011)
<b>Políticos</b>	Forma de governação	+/-	Zafra-Gomez et al. (2009); Gardini e Grossi (2018)
	Ideologia política	+	
	Poder partidário	+/-	Guillamón et al. (2011)

Fonte: Elaboração própria

Os fatores socioeconómicos (Guillamón et al., 2011; Wang et al., 2007; Carmeli, 2008; Ritonga, 2014; Hatzius et al., 2010; Vonen, 2011; Díaz et al., 2012) são muitas vezes fundamentais na análise da CFM, uma vez que refletem o contexto social e económico em que operam. A força da economia local, medida pelo PIB e pelo crescimento económico está relacionada com a receita fiscal do Município. As condições económicas, incluindo a taxa de desemprego e a inflação, podem afetar a receita fiscal e os custos dos serviços públicos.

Os fatores políticos (Zafra-Gomez et al., 2009; Gardini & Grossi, 2018; Guillamón et al., 2011), ou seja, as decisões políticas e a estrutura governamental de um Município, desempenham um papel fundamental na sua CF. As políticas governamentais, como a alocação de recursos e a carga tributária, podem afetar diretamente o orçamento e as suas receitas municipais. As decisões políticas têm implicações financeiras significativas. A forma como um Município aborda a fusão de serviços ou a descentralização de recursos pode ter impactos financeiros substanciais.

## **2.4. O Impacto da Covid-19 na Condição Financeira dos Municípios**

Sem dúvida que o acontecimento que nos últimos anos teve mais impacto a nível mundial foi a crise pandémica provocada pela Covid-19, que alterou o funcionamento das economias mundiais e a vida dos cidadãos, deixando também a sua marca na condição das finanças públicas (Grittayaphong & Restrepo-Echavarría, 2023).

A pandemia de Covid-19 foi declarada pela OMS no dia 11 de março de 2020. A doença é causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que se espalhou rapidamente pelo mundo, causando uma crise sanitária e económica (Silva, 2020). Em Portugal, o primeiro caso de Covid-19 foi confirmado a 2 de março de 2020. Em resposta à pandemia, o governo português decretou um conjunto alargado de medidas sanitárias, no âmbito da saúde pública e de apoio socioeconómico.

Assim, as AL têm vindo a desempenhar um papel importante no que toca à resposta para a Covid-19, nomeadamente na prevenção, proteção e apoio à população - em especial aos grupos mais vulneráveis (Tribunal de Contas, 2021).

A crise do Covid-19 pode ser definida como uma “desaceleração rápida e variada dependendo do setor, da atividade empresarial em resposta a um choque pandémico forte e pouco reconhecido e às decisões administrativas de grande alcance” (Wojtyna, 2020, p.47). Uma das suas características é o facto de a incerteza do desenvolvimento da pandemia e a sua duração causarem uma insegurança extremamente forte sobre o andamento dos processos económicos.

O impacto da pandemia nas finanças públicas tem sido amplamente estudado internacionalmente (Cho & Kurpierz, 2020; Joyce & Prabowo, 2020), verificando-se assim que os governos adotaram diversas estratégias de ação (Bouckaert et al., 2020). De acordo com o estudo de Cho e Kupierz (2020), o

Canadá teve uma resposta diversificada às crises, permitindo uma ação mais robusta contra ameaças sanitárias e económicas. Além disto, estes autores concluíram que a pandemia da Covid-19 teve um impacto negativo nas finanças públicas, resultando no aumento do défice orçamental e da dívida. Por outro lado, Joyce e Prabowo (2020) também concluíram que a pandemia teve um impacto negativo, levando à queda na arrecadação de impostos e ao aumento nos gastos públicos relacionados com a saúde e com emergências relativas à Covid-19.

Poucos estudos, no entanto, analisaram o impacto da pandemia na economia e nas finanças dos Municípios (Ahrens & Ferry, 2020). Quanto mais rápido os entes públicos introduzirem programas anticrise, menores serão os gastos públicos necessários para conter a queda da economia.

A primeira onda da pandemia de Covid-19 em Portugal afetou profundamente a economia nacional. Segundo dados do PorData, o PIB diminuiu 8,3% em termos reais, contra o aumento de 2,68% em 2019. A taxa de desemprego aumentou para 7,0%, (no final de 2019 - 6,6%). A pandemia também afetou tanto as exportações quanto as importações. Em 2020, o volume de exportação diminuiu 10,3% face a 2019 e as importações caíram 14,8%, em relação ao mesmo período (PorData, 2023). A crise pandémica causou uma queda económica nacional e grande parte das lojas e prestadores de serviços fecharam ou tiveram que parar de funcionar por determinado tempo.

A pandemia da Covid-19 teve um impacto significativo na economia portuguesa, incluindo os Municípios. O confinamento, a suspensão de atividades económicas e o aumento do desemprego levaram a uma redução da receita municipal, principalmente da receita própria, e por sua vez a um aumento das despesas, nomeadamente das despesas com o pessoal e com os serviços essenciais, como a saúde e a educação. Este impacto foi negativo, levando a um aumento do endividamento e a uma redução da capacidade de investimento.

Como consequência da Covid-19, “as medidas adotadas tiveram impacto quer do lado da despesa quer do lado da receita, com consequências expetáveis ao nível dos resultados e do endividamento” (Tribunal de Contas, 2020, p.21). O impacto da Covid-19 na CFM era expectável, pois a pandemia acusou uma redução da atividade económica e um aumento dos gastos públicos. A redução da atividade económica levou a uma redução da receita municipal, nomeadamente da receita própria que é explicada principalmente pelas receitas fiscais. De acordo com os dados existentes nas Contas Gerais do Estado, o aumento das despesas devido à necessidade de financiar medidas específicas anti-pandémicas a nível local é explicado sensivelmente em 74% pelas despesas correntes, essencialmente pelas despesas com o pessoal e a aquisição de bens e serviços.

No entanto, o impacto negativo da Covid-19 acabou sendo menor do que o estimado inicialmente. Tal deveu-se essencialmente ao apoio financeiro proveniente da Administração Central para reforçar a CF dos governos locais, mantendo relativamente estáveis as receitas provenientes dos impostos (principalmente do Imposto Municipal sobre Imóveis) que chegam aos orçamentos locais, e também à

poupança nas despesas, resultante da limitação ou abandono dos investimentos locais (Dougherty & Biase, 2023).

Numa análise geral da receita municipal de 2020, de acordo com a Conta Geral do Estado (2020), pode-se afirmar que a diminuição de 1% face a 2019 foi derivada, maioritariamente, pela venda de bens de investimento (-243,9 milhões de euros) e pela receita fiscal (-168,3 milhões de euros). No entanto, a diminuição da receita foi compensada pelo aumento, em grande parte, das transferências correntes (335,5 milhões de euros) principalmente recebidas pela Administração Central (309,2 milhões de euros).

Em comparação a 2019, o crescimento da despesa em 2020 de 269,3 milhões de euros é justificado principalmente pelo incremento das despesas de capital em 211,4 milhões de euros. Este crescimento pode ser explicado pelo aumento da aquisição de bens de capital, das transferências correntes e pelo aumento das despesas com pessoal.

É possível verificar um desvio negativo de 255 milhões de euros quando se compara a execução da despesa com a prevista no OE 2020. Esta diferença é justificada, em grande medida, pela diminuição da aquisição de bens e serviços e pela redução nas outras despesas de capital e correntes.

As informações disponíveis indicam que nenhum Município estava totalmente preparado para lidar com a pandemia de Covid-19. No entanto, quando os riscos se tornaram evidentes, estes definiram várias estratégias (Maher et al., 2020) tais como reduzir os gastos arbitrários, os custos de investimento, os gastos com manutenção contínua e limitar o tempo de prestação de serviços ou reduzir o emprego.

A maioria das medidas preventivas e restritivas impactaram significativamente os Municípios. As restrições relativamente ao transporte local, à proibição de atividades em aglomerado, bem como o encerramento de escolas resultaram na diminuição das receitas municipais dos serviços de transporte, especialmente nas maiores cidades. Na área da prevenção, os governos locais foram solicitados a ativar as medidas de proteção civil prescritas pela legislação vigente. Algumas medidas destinadas a apoiar a economia também tiveram impactos negativos nos orçamentos locais (Nemec & Spacek, 2020).

O país começou a flexibilizar as restrições de acordo com esquemas oficialmente anunciados, dependendo dos dados da pandemia e com base na evolução da vacinação. Devido às rápidas respostas epidemiológicas, o país alcançou resultados preambulares positivos relativamente à morbidade e mortalidade referentes à Covid-19 (Nemec & Spacek, 2020).

Uma vez que a pandemia foi controlada, a economia começou a recuperar gradualmente, de modo a reduzir o impacto. Para este ser mitigado foi importante que a Administração Central tenha implementado medidas de apoio aos Municípios, tais como transferências financeiras e garantia de empréstimos. No entanto, estas medidas não foram suficientes para compensar totalmente o impacto negativo da pandemia nas finanças municipais. Em 2020, o saldo orçamental dos Municípios Portugueses registou um défice de 1,3% do PIB.

Com isto, pode-se afirmar que a Covid-19 é uma dura realidade pela qual o país e o Mundo atravessou e continua a atravessar, embora de forma mais contida. Esta pandemia é considerada um dos maiores desafios do século XXI e a sua evolução exige medidas rápidas mas ponderadas para resguardar a população.

### **3. Metodologia de Investigação**

A metodologia compreende um conjunto de etapas a seguir numa investigação que auxilia na obtenção de conhecimento. É o quadro-empírico que enquadra todos os elementos de uma pesquisa, ou seja, é a explicação detalhada, rigorosa e precisa de todos os métodos utilizados na realização do trabalho (Lisboa, 2019).

Nesta secção procede-se ao desenvolvimento do estudo empírico, através das subsecções a seguir tratadas. Começa-se por apresentar o objetivo do estudo e as respetivas hipóteses de investigação, faz-se a descrição do método adotado para a recolha e o tratamento de dados e, por fim, dá-se a conhecer também a população e amostra em estudo.

#### **3.1. Objetivo do Estudo e Hipóteses de Investigação**

Nesta investigação tecem-se algumas considerações sobre o tema, nomeadamente definições, recursos financeiros transferidos pelo Estado destinados ao combate da pandemia como também as medidas implementadas no país, não esquecendo os prejuízos deixados pela Covid-19. Um tema pertinente ao qual não é dada muita visibilidade é o da clareza das contas públicas, sendo que a crise económica provocada pela pandemia da Covid-19 contribuiu para a instabilidade financeira do país.

Com a finalidade de atingir o objetivo desta investigação, que consiste em dar resposta à seguinte pergunta de investigação: “Qual o impacto da Covid-19 na CFM Portugueses?” e tendo por base a revisão de literatura apresentada, definiu-se um conjunto de hipóteses de investigação que serão

apresentadas de seguida e que permitirão perceber de que forma cada variável independente influenciará as variáveis dependentes.

As diferentes características de uma população podem influenciar a CFM. De acordo com Gonçalves (2018), com base no estudo de Wang et al. (2007), quanto maior o tamanho da população, maior é a tendência do Município em aumentar as despesas relacionadas com a prestação de serviços (saúde, educação, emprego, ação social, entre outros). Assim, os Municípios terão maior dificuldade em gerir as suas finanças, ou seja, gerar receitas suficientes para cobrir as suas despesas (Santis, 2020).

**H<sub>1</sub>:** O tamanho da população afeta negativamente a CFM.

O endividamento é uma preocupação constante para os municípios, pois está diretamente relacionado com a sua CF. De modo geral, um endividamento excessivo tende a ter impactos negativos na CFM uma vez que há um acumular de dívidas resultando na incapacidade do cumprimento das suas responsabilidades financeiras além de comprometer a sua capacidade de investimento. É importante que os municípios tomem decisões prudentes e adotem políticas de gestão eficientes e responsáveis para evitar o endividamento em excesso e garantir uma CF saudável (Bolívar et al., 2013).

**H<sub>2</sub>:** O endividamento está negativamente associado à CF Municipal.

Para Jacob e Hendrick (2013), a receita é o principal ativo do Município, uma vez que patenteia os recursos que permitem o cumprimento das suas obrigações e contribui para a melhoria da sua CF. As receitas fiscais municipais, tais como o IMI e IMT, representam a principal fonte de receita própria dos Municípios e são de extrema importância para o funcionamento e desenvolvimento destes, pois possibilitam a realização de investimentos e a prestação de serviços essenciais à população, além de garantir a sua autonomia financeira. Assim, maiores níveis de arrecadação tributária implicam uma maior independência financeira, ou seja, uma menor dependência das transferências governamentais, e conseqüentemente uma melhor CF (Batista et al., 2023).

**H<sub>3</sub>:** As receitas fiscais afetam positivamente a CFM.

As despesas com pessoal são todas as despesas relacionadas aos funcionários, sejam elas diretas ou indiretas. Segundo Fernandes et al. (2020), estas despesas representam a maior parte dos gastos realizados pelos Municípios, o que leva as Autarquias a procurar fontes alternativas de financiamento para cobrir despesas mais produtivas, como investimentos em infraestrutura e serviços públicos. Como resultado, há uma maior propensão ao endividamento, o que poderá prejudicar a sua CF. Conseqüentemente, quanto maiores forem as despesas com pessoal, menor será a disponibilidade de recursos para financiar outras despesas de diferentes naturezas. Deste modo, constitui-se a seguinte hipótese de investigação:

**H<sub>4</sub>:** As despesas com pessoal afetam negativamente a CFM.

Em conformidade com Teixeira e Martins (2019, p.3), as despesas de capital são “despesas efetivas que alteram o património duradouro da entidade, assumem um carácter pontual e contribuem para a formação bruta de capital fixo e para o bem-estar coletivo.” Os estudos realizados por Andirfa et al. (2016), Leki (2018) e Aminah et al (2019) permitem constatar que as despesas de capital têm um efeito positivo na CFM. Por sua vez, Qowi e Prabowo (2017) não afirmam o mesmo, concluindo que as despesas de capital impactam negativamente a CF Municipal. Assim, determina-se a seguinte hipótese de investigação:

**H<sub>5</sub>:** As despesas de capital influenciam a CFM.

O saldo corrente consiste na diferença entre as receitas de despesas correntes. Um saldo corrente positivo indica que os Municípios conseguem pagar as suas despesas correntes e ainda obter um excedente que pode ser utilizado para repor os empréstimos e ainda suportar parte das despesas de capital. Alguns estudos (e.g. Pascual et al. (2008)) afirmam que Municípios com melhor saldo corrente, recorrem menos ao endividamento, o que consequentemente leva a uma melhoria da CF. Assim, a hipótese a testar é a seguinte:

**H<sub>6</sub>:** O saldo corrente relaciona-se positivamente com a CF Municipal.

Anualmente a União Europeia transfere verbas para o Estado e este prontamente faculta os devidos montantes para os Municípios. Estas transferências ocorrem com o objetivo de auxiliar estes nas suas necessidades para que consigam cumprir com as suas responsabilidades. Segundo Ferreira (2011) e Basílio (2018), as transferências da Administração Central auxiliam os Municípios na medida em que poderão financiar grande parte das despesas e possíveis dívidas. Os estudos realizados por Marhawai (2015) e Aminah et al. (2019) permitem afirmar que as receitas intergovernamentais afetam positivamente a saúde financeira dos Municípios, ou seja, quanto maiores forem as verbas transferidas, maior será a saúde financeira do Município. Contrariamente a estes resultados, Andirfa et al. (2016) constataram que a receita intergovernamental tem efeito negativo sobre a CF Municipal, isto porque quanto maior forem as transferências provenientes da Administração Central, mais dependentes os Municípios ficam desta para atender às suas necessidades. Com base nestes estudos, forma-se de seguida a seguinte hipótese:

**H<sub>7</sub>:** As transferências da Administração Central relacionam-se de forma positiva com a CFM.

A região onde se localiza o Município também pode ser um determinante da sua saúde financeira. De acordo a literatura, Lobo (2012) afirma que o desequilíbrio financeiro é mais provável e maior nos Municípios localizados no Litoral do que nos do Interior. Uma possível justificação para este argumento é o facto de haver uma maior procura de bens e serviços públicos nos Municípios com maior capacidade de obter receitas próprias, estando estes localizados no litoral. Com base nesta, formulou-se a seguinte hipótese de investigação:

**H<sub>8</sub>:** A região Litoral relaciona-se negativamente com a CFM.

A ideologia política é apresentada na literatura também como um determinante da CFM. Os partidos que se encontrem mais à esquerda do espectro político tendem a ser menos rigorosos na gestão municipal, ou seja, favorecem o aumento da despesa pública. Por sua vez, os partidos pertencentes à ideologia contrária visam as reduções orçamentárias. Embora estes argumentos não tenham sido validados em vários estudos (e.g. Bastida et al., 2012; Guillamón et al., 2011; Ribeiro et al., 2012), visto que os mesmos não se apresentaram estatisticamente significativos, Lobo (2012) obteve um resultado contrário aos argumentos referidos. Este autor concluiu assim que os partidos de direita é que tendem a apresentar um maior nível de endividamento. Assim, uma vez que apenas Lobo (2012) chegou a conclusões plausíveis, formalizou-se a seguinte hipótese:

**H<sub>9</sub>:** A ideologia de esquerda relaciona-se de forma negativa com a CF dos Municípios.

A Covid-19 provocou uma redução da atividade económica, diminuindo a base tributária e, conseqüentemente, a receita municipal. Por sua vez, os Municípios foram obrigados a aumentar os seus gastos com a saúde para responder à crise sanitária, bem como aumentar os gastos com assistência social. Isto levou ao aumento do endividamento e do saldo orçamental negativo. Com base nesta explicação, formulou-se a seguinte hipótese de investigação:

**H<sub>10</sub>:** A Covid-19 relaciona-se de forma negativa com a CFM.

No ponto a seguir apresenta-se o instrumento de recolha de dados.

### **3.2. Descrição do Instrumento de Recolha de Dados**

Para a realização deste estudo sobre o impacto da Covid-19 na CFM Portugueses, foram utilizados dados coletados de diversas fontes com o espaço temporal de quatro anos (2018 a 2021), incluindo o Portal Autárquico, os websites das Instituições Públicas em análise e bases de dados relevantes. A seguir, descreve-se detalhadamente os procedimentos de coleta de dados e as considerações pertinentes.

O Portal Autárquico é uma plataforma online que reúne informações e dados de diversas AL. Utilizou-se esta fonte para recolher dados financeiros dos Municípios, através da consulta aos relatórios financeiros disponíveis no portal. Foram acedidos também websites das Instituições Públicas relevantes para esta análise, os quais forneceram dados e informações específicas sobre as mesmas. Além das fontes mencionadas acima, utilizaram-se bases de dados online disponibilizadas por Instituições de pesquisa reconhecidas, tais como o PorData e o INE - Instituto Nacional de Estatística, através das quais se recolheram dados socioeconómicos dos Municípios.

Os dados coletados foram organizados numa base de dados elaborada em Excel, na qual se realizou a limpeza e transformação dos dados, tratando eventuais valores ausentes ou incoerentes de acordo

com os critérios predefinidos (como foi o caso dos Municípios de Albufeira, Alenquer, Almeida, Alvaiázere, Angra do Heroísmo, Ansião, Arouca, Arronches, Barreiro, Castelo Branco, Castro Marim, Esposende, Figueira da Foz, Fornos de Algodres, Gondomar, Idanha-a-Nova, Moimenta da Beira, Mourão, Óbidos, Oleiros, Ovar, Penedono, Ponte da Barca, Salvaterra de Magos, São Pedro do Sul, Setúbal, Sever do Vouga, Tabuaço, Valongo e Vila da Praia da Vitória). Com os dados recolhidos e para uma melhor análise e interpretação dos dados, recorrer-se-á ao software Gretl para estimar os modelos econométricos pelo Método dos Mínimos Quadrados (OLS), de modo a perceber em que medida a pandemia da Covid-19 impactou a CFM Portugueses.

### 3.3. Descrição dos Métodos de Tratamento dos Dados

Com o intuito de analisar as variáveis importantes para o estudo do impacto da Covid-19 na CFM Portugueses, estimaram-se três modelos por OLS. Como se pretende estudar a relação entre uma variável dependente e um conjunto de variáveis independentes, está-se perante três modelos de regressão múltipla. Os modelos econométricos a estimar apresentam a seguinte especificação:

$$FLE_{ij} = \beta_0 + \beta_1 POP_{ij} + \beta_2 END_{ij} + \beta_3 REF_{ij} + \beta_4 DEP_{ij} + \beta_5 DEC_{ij} + \beta_6 SLC_{ij} + \beta_7 TAC_{ij} + \beta_8 LOC_{ij} + \beta_9 IDP_{ij} + \beta_{10} COV_{ij} + \mu_{ij} \quad [1]$$

$$VUL_{ij} = \beta_0 + \beta_1 POP_{ij} + \beta_2 END_{ij} + \beta_3 REF_{ij} + \beta_4 DEP_{ij} + \beta_5 DEC_{ij} + \beta_6 SLC_{ij} + \beta_7 TAC_{ij} + \beta_8 LOC_{ij} + \beta_9 IDP_{ij} + \beta_{10} COV_{ij} + \mu_{ij} \quad [2]$$

$$SUS_{ij} = \beta_0 + \beta_1 POP_{ij} + \beta_2 END_{ij} + \beta_3 REF_{ij} + \beta_4 DEP_{ij} + \beta_5 DEC_{ij} + \beta_6 SLC_{ij} + \beta_7 TAC_{ij} + \beta_8 LOC_{ij} + \beta_9 IDP_{ij} + \beta_{10} COV_{ij} + \mu_{ij} \quad [3]$$

Considerando:

$FLE_{ij}$  = Flexibilidade, no período  $i$  para o Município  $j$ , calculada com base no rácio entre as despesas de funcionamento e financeiras (sem as transferências e os subsídios) e o total das receitas correntes (Gómez et al., 2006).

$$FLE = \frac{\text{Despesas totais sem transferências e subsídios}}{\text{Total das receitas correntes}}$$

Quanto menor o valor deste, melhor será a Flexibilidade dos Municípios e conseqüentemente a sua CF (Rosa, 2022, Tavares, 2016; Ribeiro et al., 2017). Ou seja, um menor valor significa que as despesas de funcionamento e financeiras são menores em relação ao total das receitas correntes, o que sugere uma maior capacidade de resposta a possíveis alterações económicas e financeiras, seja através do aumento de impostos, transferências ou endividamento.

$VUL_{ij}$  = Vulnerabilidade, no período  $i$  para o Município  $j$ , aferida através do quociente entre o total das despesas pagas e a diferença entre o total das receitas cobradas e o total das transferências (Gómez et al., 2006).

$$VUL = \frac{\textit{Total das despesas pagas}}{\textit{Total das receitas cobradas} - \textit{Total das transferências correntes e de capital}}$$

Um aumento neste índice pode provocar um aumento das transferências recebidas pelos Municípios, diminuindo assim a independência destes e conseqüentemente um agravamento na sua CF (Rosa, 2022; Tavares, 2016; Ribeiro et al., 2017). Isto ocorre porque ao se tornarem mais dependentes das transferências, os Municípios têm menos controlo sobre as suas próprias receitas e, conseqüentemente, sobre as suas decisões financeiras. Uma maior dependência das transferências pode levar a uma diminuição da capacidade dos Municípios em gerar receitas próprias, o que limita a sua autonomia financeira. É importante que os Municípios procurem um equilíbrio entre as transferências recebidas e as suas próprias fontes de receita, procurando diversificar estas e promover o desenvolvimento económico local sustentável.

$SUS_{ij}$  = Sustentabilidade, no período  $i$  para o Município  $j$ , calculada através da divisão entre o total das despesas pagas e o total das receitas cobradas (Gómez et al., 2006).

$$SUS = \frac{\textit{Total das despesas pagas}}{\textit{Total das receitas cobradas}}$$

Por um lado, quanto mais baixo for o valor deste rácio, melhor será a Sustentabilidade da CFM (Rosa, 2022; Tavares, 2016; Ribeiro et al., 2017). Ou seja, um valor mais baixo indica que o Município possui uma boa gestão financeira, que está a gerar receitas suficientes para cobrir as despesas e que possui uma dívida controlada. Por outro lado, um valor alto pode indicar problemas financeiros, como altos níveis de endividamento ou dificuldades em equilibrar as receitas e despesas.

$\mu_{ij}$  = Termo de erro

$i$  = Período  $i$

$j$  = Município  $j$

$\beta_0$  = Componente autónoma

$\beta$  = Coeficiente das variáveis explicativas

### 3.4. Definição das Variáveis

A qualidade e a precisão de qualquer pesquisa dependem, em grande parte, da clareza e da definição das variáveis utilizadas no estudo. Nesta subsecção são fornecidas definições precisas e abrangentes para cada variável de investigação que permeiam este estudo.

Na Tabela 3 é apresentada uma síntese das definições de cada variável independente.

**Tabela 3.** Variáveis Explicativas.

Abreviatura	Variáveis Independentes	Tipo	Sinal Esperado	Categoria
<b>POP<sub>ij</sub></b>	População do Município - proxy da dimensão do Município – logaritmo do número de habitantes residentes no ano i no Município j. Fonte: PorData	H <sub>1</sub>	-	Demográfica
<b>END<sub>ij</sub></b>	Endividamento - dívida total de operações orçamentais no ano i no Município j. Fonte: PorData	H <sub>2</sub>	-	Financeira
<b>REF<sub>ij</sub></b>	Receitas fiscais - receita proveniente dos impostos diretos e indiretos municipais no ano i no Município j. Fonte: Portal Autárquico	H <sub>3</sub>	+	Financeira
<b>DEP<sub>ij</sub></b>	Despesas com o pessoal – despesas com o pessoal, que incluem remunerações certas e permanentes, abonos variáveis ou eventuais e segurança social, no ano i no Município j.	H <sub>4</sub>	-	Financeira
<b>DEC<sub>ij</sub></b>	Despesas de capital - gastos não recorrentes que perduram, como os investimentos, no ano i no Município j. Fonte: Portal Autárquico	H <sub>5</sub>	+/-	Financeira
<b>SLC<sub>ij</sub></b>	Saldo corrente – corresponde à diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes no ano i para o Município j. Fonte: Portal Autárquico	H <sub>6</sub>	+	Financeira
<b>TAC<sub>ij</sub></b>	Transferências da Administração Central – transferências provenientes da Administração Central para diversos fins no ano i para o Município j, calculada através do somatório das transferências correntes e de capital. Fonte: Portal Autárquico	H <sub>7</sub>	+	Financeira
<b>LOC<sub>ij</sub></b>	Localização – variável <i>dummy</i> que assume o valor “1” quando no ano i o Município j está localizado no Litoral e “0” caso contrário (ou seja, quando o Município se localiza no Interior de Portugal). Fonte: Portaria n.º 208/2017 de 13 de julho	H <sub>8</sub>	-	Demográfica
<b>IDP<sub>ij</sub></b>	Ideologia política – variável <i>dummy</i> que assume o valor “1” quando no ano i o Município j é governado por partidos de esquerda (Partido Socialista (PS), Bloco de Esquerda (BE), Partido Comunista Português (PCP), Pessoas-Animais-Natureza (PAN)) e “0” caso contrário (ou seja, quando o Município é liderado por partidos de direita (Partido Social Democrata (PSD), CDS-Partido Popular (CDS-PP)). Fonte: Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna	H <sub>9</sub>	-	Política
<b>COV<sub>i</sub></b>	Covid-19 – variável <i>dummy</i> que assume o valor “1” quando o ano i é um ano com Covid-19 (anos 2020 e 2021) e “0” caso contrário (ou seja, quando não há covid-19). Fonte: cálculos do autor	H <sub>10</sub>	-	

Fonte: Elaboração própria

Nesta investigação, são utilizadas variáveis explicativas tais como a dimensão do Município (POP), o endividamento (END), as receitas fiscais (REF), as despesas com o pessoal (DEP), as despesas de capital (DEC), o saldo corrente (SLC), as transferências da Administração Central (TAC), a localização do Município (LOC), a ideologia política (IDP) e Covid-19 (COV). Para cada uma destas variáveis foi apresentada uma hipótese de investigação, como apresentado anteriormente.

Na secção seguinte apresentam-se os resultados do estudo efetuado, bem como a respetiva análise.

## **4. Apresentação e Análise dos Resultados**

A análise e discussão de resultados é uma etapa fundamental do estudo, pois permite interpretar os dados, identificar tendências, relações significativas e tirar conclusões sobre o impacto da Covid-19 na CFM Portugueses. Essas informações são essenciais na tomada de decisões e para apoiar políticas públicas adequadas para mitigar os efeitos da pandemia.

Depois de selecionada a amostra, construiu-se e manipulou-se uma base de dados com o auxílio do programa Excel e posteriormente importou-se para o software Gretl de forma a tratar e analisar os dados.

De modo a responder à pergunta de partida e às hipóteses de investigação formuladas, são apresentadas e analisadas nesta secção as estatísticas descritivas, bem como a matriz de correlação e a análise multivariada dos modelos.

### **4.1. Estatística Descritiva**

A estatística descritiva é uma ferramenta essencial para analisar e interpretar os dados de um estudo, fornecendo uma compreensão básica das características e padrões presentes nos dados coletados. A média, mediana, moda, máximo, mínimo e desvio-padrão são medidas estatísticas que ajudam a entender a distribuição dos dados e permitem identificar valores atípicos ou discrepantes.

A Tabela 4 apresenta a estatística descritiva das variáveis que influenciam a CF, tendo por base 308 Municípios Portugueses, durante um período de 4 anos (2018 a 2021).

**Tabela 4.** Estatística Descritiva.

	Ano	FLE	VUL	SUS	POP	END	REF	DEP	DEC	SLC	TAC	LOC	IDP	COV
<b>Média</b>	2018	1,197	2,862	0,986	4,201	0,130	0,083	0,082	0,090	0,046	0,118	0	1	0
	2019	1,094	2,887	0,991	4,199	0,123	0,085	0,088	0,086	0,040	0,124	0	1	0
	2020	1,201	4,086	1,106	4,198	0,122	0,054	0,085	0,081	0,014	0,142	0	1	1
	2021	0,982	3,019	0,883	4,197	0,124	0,085	0,091	0,102	0,059	0,175	0	1	1
<b>Mediana</b>	2018	1,153	2,437	0,995	4,145	0,078	0,041	0,063	0,058	0,031	0,099	0	1	0
	2019	1,057	2,449	0,999	4,140	0,075	0,041	0,068	0,060	0,026	0,106	0	1	0
	2020	1,036	2,620	0,971	4,143	0,069	0,042	0,069	0,063	0,035	0,135	0	1	1
	2021	1,039	2,543	0,972	4,139	0,062	0,041	0,069	0,073	0,036	0,140	0	1	1
<b>Desv. Padrão</b>	2018	0,259	2,298	0,064	0,507	0,172	0,166	0,090	0,145	0,082	0,096	0	0,484	0
	2019	0,239	2,002	0,057	0,508	0,169	0,170	0,095	0,113	0,085	0,103	0	0,484	0
	2020	1,358	11,034	1,197	0,511	0,167	0,041	0,082	0,094	0,166	0,070	0	0,484	0
	2021	0,360	2,381	0,293	0,513	0,221	0,202	0,147	0,179	0,141	0,254	0	0,494	0
<b>Mínimo</b>	2018	0,813	0,928	0,727	2,667	0,000	0,001	0,003	0,001	-0,075	0,004	0	0	0
	2019	0,756	0,833	0,785	2,667	0,000	0,001	0,003	0,001	-0,207	0,004	0	0	0
	2020	0,000	0,000	0,000	2,629	0,000	0,000	0,000	0,000	-1,778	0,000	0	0	1
	2021	0,000	0,000	0,000	2,595	0,000	0,000	0,000	0,000	-0,011	0,000	0	0	1
<b>Máximo</b>	2018	3,012	33,913	1,200	5,705	1,302	1,619	0,772	1,350	0,848	0,927	1	1	0
	2019	3,173	29,057	1,171	5,706	1,177	1,600	0,756	1,167	0,935	1,023	1	1	0
	2020	19,265	185,471	16,924	5,723	1,454	0,216	0,896	1,142	0,323	0,540	1	1	1
	2021	2,272	24,939	1,265	5,737	2,209	2,000	1,933	1,864	1,935	3,845	1	1	1

Nota: Esta tabela apresenta a estatística descritiva das variáveis utilizadas nos modelos de regressão- As variáveis são definidas na Tabela 3.

Fonte: Elaboração própria

Por observação da Tabela 4, pode-se verificar que tanto a FLE, como a VUL e a SUS apresentaram melhor média em 2020, de 1,201, 4,086 e 1,106, respetivamente. Estes valores indicam que 2020 foi o ano em que os Municípios Portugueses apresentaram pior CF. Estes resultados podem ser justificados pelo impacto provocado pela pandemia nas finanças públicas desencadeada no país neste mesmo ano.

Tal como verificado, devido aos valores médios mais altos da FLE, VUL e SUS em 2020, este é o ano em que os Municípios apresentam a pior CF dos anos em análise. Neste mesmo ano é possível verificar que a média de endividamento por Município é o mais baixo (0,122), juntamente com as receitas fiscais (0,054), as despesas de capital (0,081) e o saldo corrente (0,014). Em contrapartida, as despesas com o pessoal médias por Município apresentam um valor alto (0,085), mas não o maior.

Por sua vez, o segundo ano com Covid-19 (2021) é o que surpreendentemente apresenta uma flexibilidade e sustentabilidade média por Município mais baixa e uma vulnerabilidade média mais baixa. Isto leva a concluir que 2021 é o ano em que os Municípios Portugueses apresentam a melhor CF dos 4 anos em estudo. Além desta conclusão, é possível notar que tanto as transferências da Administração Central (0,175), como o saldo corrente (0,059), as receitas fiscais (0,085) bem como as despesas com o pessoal (0,091) e as despesas de capital (0,102) apresentam os valores médios mais altos do período de análise.

Relativamente à mediana, que representa o valor central de cada variável em análise, é possível firmar que em 2018 as variáveis que assumem um valor mais elevado é a flexibilidade (FLE), a população (POP) e o endividamento (END). Por sua vez, em 2019 evidencia-se apenas a sustentabilidade (SUS). No ano em que a pandemia se instaurou no País, a vulnerabilidade (VUL), as receitas fiscais (REF) e as despesas com o pessoal (DEP) são as variáveis que apresentam valor mais alto. Em 2021, as variáveis com mediana mais elevada são as despesas com o pessoal (DEP), as despesas de capital (DEC), o saldo corrente (SLC) e as transferências da Administração Central (TAC).

Outra estatística importante de analisar é o desvio padrão que permite avaliar a dispersão dos dados. Quanto menor for o desvio padrão, menor é a dispersão dos valores em relação à média, indicando uma menor variabilidade. Assim, a partir da tabela 4 é possível verificar que as receitas fiscais (REF) apresentam o valor mais baixo de 0,041 em 2018, seguido da sustentabilidade (SUS) em 2019 com o valor de 0,057.

Relativamente ao valor máximo e mínimo, que fornecem informações sobre os extremos dos dados, a variável vulnerabilidade (VUL) é a que apresenta uma amplitude maior, uma vez que possui um valor mais baixo de 0,000 e um valor mais alto de 185,471.

## 4.2. Matriz de Correlações

A matriz de correlações apresenta o coeficiente de correlação das variáveis, ou seja, mede o grau de relação linear entre duas variáveis. Estas são tratadas de forma simétrica, não existindo distinção entre variáveis dependentes e explicativas.

Os valores da correlação entre variáveis podem variar entre -1 e 1. Como se pode verificar através da Tabela 5, os valores da diagonal principal são todos iguais a 1, uma vez que há uma correlação perfeita entre as variáveis.

À medida que uma variável aumenta, a outra também aumenta e vice-versa. Assim, pode-se dizer que estas têm correlações positivas. Valores de correlação altos e positivos indicam que as variáveis medem a mesma habilidade ou característica. Se as variáveis não estão altamente correlacionadas, estas podem medir diferentes características ou podem não estar claramente definidas.

Considerando a matriz de correlações representada na Tabela 5, pode-se apurar que as correlações SUS com FLE, SUS com VUL, DEP com REF, DEC com DEP e as TAC com as DEP são superiores a 80%, o que significa que há uma correlação forte entre as variáveis.

**Tabela 5.** Matriz de Correlações.

<b>FLE</b>	<b>VUL</b>	<b>SUS</b>	<b>POP</b>	<b>END</b>	<b>REF</b>	<b>DEP</b>	<b>DEC</b>	<b>SLC</b>	<b>TAC</b>	<b>LOC</b>	<b>IDP</b>	<b>COV</b>	
<b>1,000</b>	0,796	0,955	0,052	0,246	-0,044	0,304	0,333	-0,633	0,029	0,028	-0,005	-0,037	<b>FLE</b>
	<b>1,000</b>	0,826	-0,129	0,076	-0,099	0,203	0,184	-0,532	0,047	-0,023	-0,022	0,058	<b>VUL</b>
		<b>1,000</b>	0,124	0,218	-0,014	0,339	0,302	-0,644	0,031	0,071	0,007	0,005	<b>SUS</b>
			<b>1,0000</b>	0,194	0,307	0,168	0,180	0,071	-0,047	0,354	0,004	-0,003	<b>POP</b>
				<b>1,000</b>	0,455	0,570	0,642	0,117	0,402	0,070	0,049	-0,010	<b>END</b>
					<b>1,000</b>	0,826	0,787	0,675	0,647	0,240	0,008	-0,046	<b>REF</b>
						<b>1,000</b>	0,878	0,357	0,815	0,110	0,052	0,012	<b>DEP</b>
							<b>1,000</b>	0,361	0,726	0,105	-0,017	0,012	<b>DEC</b>
								<b>1,000</b>	0,579	0,057	-0,036	-0,026	<b>SLC</b>
									<b>1,000</b>	-0,067	-0,003	0,123	<b>TAC</b>
										<b>1,000</b>	-0,046	0,000	<b>LOC</b>
											<b>1,000</b>	-0,028	<b>IDP</b>
												<b>1,000</b>	<b>COV</b>

Nota: Esta tabela apresenta a matriz de correlações das variáveis utilizadas nos modelos de regressão. As variáveis são definidas na Tabela 3.

Fonte: Elaboração própria

### 4.3. Análise Multivariada

A Tabela 6 apresenta os valores estimados por OLS da regressão para cada variável dependente (Flexibilidade, Vulnerabilidade e Sustentabilidade) em que foram usadas as variáveis explicativas acima apresentadas.

Após a realização do Teste do VIF, de modo a verificar a presença de multicolinearidade, comprovou-se que os modelos tinham presentes este problema. Apesar deste não afetar as propriedades estatísticas dos estimadores, os quais continuam a ser estimadores BLUE, para a resolução deste problema foi excluída a variável explicativa com VIF mais elevado (DEP), reestimando assim cada modelo acabando com os problemas de multicolinearidade.

Depois de solucionado este problema, procedeu-se à realização do Teste de White para averiguar se o termo do erro era estatisticamente homocedástico e do Teste à Normalidade dos Resíduos.

**Tabela 6.** Regressão da Flexibilidade (FLE), Vulnerabilidade (VUL) e Sustentabilidade (SUS).

	Sinal Esperado	FLE	VUL	SUS	VIF
<b>Constante</b>		1,161***	5,888***	0,721***	
<b>POP</b>	-	-0,036**	-0,824***	0,049***	1,349
<b>END</b>	-	0,012	-1,587***	-0,229***	1,780
<b>REF</b>	+	-0,440***	-4,247***	0,955***	6,112
<b>DEC</b>	+/-	3,721***	0,846	1,135***	5,968
<b>SLC</b>	+	-3,196***	-13,981***	-3,949***	3,001
<b>TAC</b>	+	-0,158	11,060***	0,765***	3,372
<b>LOC</b>	-	0,009	0,065	0,010	1,243
<b>IDP</b>	-	0,016	-0,050	-0,003	1,021
<b>COV</b>	-	-0,132***	-0,235***	-0,088***	1,061
<b>n</b>		1232	1232	1232	
<b>R<sup>2</sup></b>		0,686	0,518	0,565	
<b>R<sup>2</sup> Ajustado</b>		0,683	0,515	0,562	
<b>F (9,1221)</b>		296,02	145,99	176,55	
<b>Teste F (valor p)</b>		1,7e-299	1,0e-186	6,8e-214	
<b>Teste Normalidade dos Resíduos</b>		7389,5	379096	26239,5	
<b>Valor de p</b>		0,000	0,000	0,000	

Nota: Esta tabela apresenta os resultados das regressões da Flexibilidade, Vulnerabilidade e Sustentabilidade após a correção da Heterocedasticidade detetada aquando da realização do Teste de White, bem como os resultados do Teste de VIF. Nas três regressões é utilizado um nível de significância de 5%. Para estas variáveis (definidas na Tabela 3), é apresentado o respetivo coeficiente e o nível de significância individual em que \*, \*\* e \*\*\* indica que a variável é estatisticamente significativa a um nível de significância de 10%, 5% e 1%, respetivamente.

Fonte: Elaboração própria

Um dado importante a tratar é o valor do  $R^2$ . Na regressão da Flexibilidade, este apresenta um valor de 68,6%, o que significa que as variáveis explicativas utilizadas explicam um total de 68,6% da Flexibilidade. Por sua vez, o  $R^2$  ajustado é de 68,3%. O modelo da Vulnerabilidade apresenta o  $R^2$  com o valor de 51,8%, ou seja, as variáveis independentes explicam 51,8% da variação da Vulnerabilidade. A Tabela 6 permite também observar o valor do  $R^2$  ajustado, que é de 51,5%. Na regressão da Sustentabilidade, o  $R^2$  mostra que as variáveis explicam 56,5% da variação da Sustentabilidade e 43,5% são explicados por fatores desconhecidos.

O teste de F permite concluir sobre a significância estatística do modelo como um todo e ajuda a determinar se as variáveis independentes têm impacto estatisticamente significativo na variável dependente. Uma vez que o valor de F no modelo da Flexibilidade (296,02) é um valor alto relativamente ao valor de p associado ( $1,7e-299$ ), pode-se concluir que o modelo de regressão é estatisticamente significativo e há evidências para rejeitar a hipótese nula de que todos os coeficientes de regressão são iguais a zero. O mesmo se pode verificar na regressão da Vulnerabilidade, que apresenta um valor de F de 145,99 e um valor de p associado de  $1,0e-186$ , e no modelo da Sustentabilidade em que o valor de F é de 176,55 e tem um respetivo valor de p de  $6,8e-214$ .

Tendo em conta os resultados para o Teste de White, verifica-se que o Valor de p na regressão da Flexibilidade é de  $1,292e-205$ . Como este é inferior ao alfa (5%) deve-se rejeitar  $H_0$ , concluindo assim que o modelo tem problemas de Heterocedasticidade. Pode-se dizer então que o modelo é Heterocedástico, ou seja, a variância dos erros não é constante ao longo das observações. É possível afirmar também que esta situação pode afetar a confiabilidade dos resultados do modelo. No que diz respeito aos modelos da Vulnerabilidade e da Sustentabilidade, os valores de p ( $1,0e-186$  e  $6,8e-214$ , respetivamente) também são inferiores ao valor de alfa, rejeitando-se assim  $H_0$ . Assim os modelos são Heterocedásticos.

Uma vez que os modelos tinham problemas de Heterocedasticidade, foi essencial proceder à correção desta para obter estimativas precisas dos parâmetros, erros padrão corretos e interpretações adequadas das relações entre variáveis.

Quanto ao Teste de Normalidade dos Resíduos, que permite verificar a presunção de normalidade da distribuição de resíduos, calculou-se o valor de prova para este teste estatístico do modelo em que o Valor de p é de 0,000 para as três regressões. Como este é inferior a alfa, ou seja 5%, deve-se rejeitar  $H_0$ . Assim, pode-se afirmar que os erros não seguem uma distribuição normal.

#### **4.3.1. Análise da Regressão da Flexibilidade**

A Flexibilidade corresponde à relação entre as despesas de funcionamento e financeiras, ou seja, as despesas totais sem as transferências e os subsídios, e o total das receitas correntes (Gómez et al., 2006).

Relativamente à estimação do modelo da Flexibilidade, é possível afirmar que apenas as variáveis REF, SLC e COV são estatisticamente significativas, de forma negativa, a um nível de significância de 1%. No entanto, a variável DEC é estatisticamente significativa, de forma positiva, ao mesmo nível de significância. Por sua vez, a variável POP é estatisticamente significativa, de forma negativa, a 5% enquanto os restantes fatores (END, TAC, LOC e IDP) acabam por não ser relevantes para o estudo pois os valores estimados na regressão do modelo não são estatisticamente significativos.

Deste modo, pode afirmar-se que os Municípios com maior POP, maiores REF e maior SLC apresentam valores menores de Flexibilidade. Ou seja, um aumento de 1% da população do Município provoca um decréscimo de 3,6% na sua Flexibilidade. Relativamente às receitas fiscais dos Municípios, um aumento de 1% destas, origina um decréscimo de 44% na sua Flexibilidade. Por sua vez, um aumento de 1% no saldo corrente dos Municípios origina um decréscimo de 319,6% sua Flexibilidade.

Por sua vez, os Municípios com maiores DEC apresentam maiores valores de Flexibilidade, ou seja, um acréscimo de 1% nas despesas de capital dos Municípios origina um acréscimo de 372,1% na sua Flexibilidade (variável explicativa com maior impacto na variável dependente).

Relativamente à COV, através da Tabela 6 é possível concluir que nos anos com Covid-19 a Flexibilidade financeira diminuiu em 13,2%.

#### **4.3.2. Análise da Regressão da Vulnerabilidade**

A Vulnerabilidade corresponde à percentagem de despesas que são financiadas com receitas que não dependem de outras entidades, ou seja, as transferências (Gómez et al., 2006).

De acordo com a Tabela 6, é possível afirmar que as variáveis POP, END, REF, SLC, TAC e COV possuem um nível de significância de 1%, ou seja, são as que possuem uma maior e mais significativa relação com a Vulnerabilidade. As restantes variáveis, ou seja, DEC, LOC e a IDP não demonstram significância estatística para o estudo.

Assim, os Municípios com maior POP, END, REF, SLC e COV apresentam um valor inferior de Vulnerabilidade. Com isto pode-se afirmar que um aumento de 1% na população do Município origina um decréscimo de 82,4% na sua Vulnerabilidade. No que diz respeito ao endividamento e às receitas fiscais, um acréscimo de 1% destes provoca um decréscimo de 158,7% e 424,7% na Vulnerabilidade,

respetivamente. Em relação ao saldo corrente municipal, o aumento de 1% neste origina um maior decréscimo de 1398,1% na sua Vulnerabilidade. Em relação à Covid-19, pode-se afirmar que nos anos com Covid-19 a Vulnerabilidade decresceu em 23,5%.

Pelo contrário, a TAC influencia positivamente a Vulnerabilidade dos Municípios. De acordo com os resultados, um acréscimo de 1% nas transferências provenientes da Administração Central ocasiona um incremento de 1106% na variável dependente em análise.

#### **4.3.3. Análise da Regressão da Sustentabilidade**

A Sustentabilidade consiste na capacidade dos Municípios em cobrirem as suas despesas com as receitas que têm disponíveis (Gómez et al., 2006).

Em conformidade com os resultados obtidos no último modelo de Regressão, as variáveis que se relacionam com a Sustentabilidade com um nível de significância de 1% são a POP, END, REF, DEC, SLC, TAC e COV. As restantes, LOC e IDP, não se mostram relevantes para este estudo.

Nestas circunstâncias, a estimação do modelo permite firmar que os Municípios com maior POP, REF, DEC e TAC apresentam melhores valores de Sustentabilidade. Ou seja, um aumento de 1% na população do Município provoca um acréscimo de 4,9% na sua Sustentabilidade. Por sua vez, um aumento de 1% nas receitas fiscais origina um acréscimo de 95,5% na Sustentabilidade. Relativamente às despesas de capital, o acréscimo de 1% destas provoca um acréscimo de 113,5% na Sustentabilidade. No que diz respeito às transferências da Administração Central, quando estas aumentam 1% a Sustentabilidade diminui 76,5%.

No que toca às variáveis END, SLC e COV, os Municípios com menores valores destas apresentam um valor de Sustentabilidade mais baixo. Isto permite afirmar que um incremento de 1% no endividamento municipal leva a um decréscimo de 22,9% na sua Sustentabilidade. Relativamente ao saldo corrente, quando este aumenta 1% a Sustentabilidade diminui em 394,9%. No que diz respeito à Covid-19, pode-se concluir que nos anos em que esta esteve presente a Sustentabilidade decresceu 8,8%.

Com o objetivo de sintetizar os resultados obtidos para a estimação dos três modelos (Flexibilidade, Vulnerabilidade e Sustentabilidade), apresenta-se na Tabela 7 o sinal do coeficiente das variáveis que apresentaram valores estatisticamente significativos bem como o seu efeito na CF.

**Tabela 7.** Resumo dos resultados dos Modelos de Regressão

Variável	FLE	VUL	SUS	CF
POP	- **	- ***	+ ***	+
END		- ***	- ***	+
REF	- ***	- ***	+ ***	+
DEC	+ ***		+ ***	-
SLC	- ***	- ***	- ***	+
TAC		+ ***	+ ***	-
LOC				
IDP				
COV	- ***	- ***	- ***	+

Nota: Esta tabela apresenta os sinais dos coeficientes das variáveis que apresentaram valores estatisticamente significativos bem como o seu efeito na CF (de acordo com o descrito na Tabela 3).

Fonte: Elaboração própria

Os resultados da estimação dos modelos da Flexibilidade, Vulnerabilidade e Sustentabilidade permitem assegurar que a POP, END, REF, DEC, SLC e COV são determinantes da CFM.

Analisando a Tabela 7 e de acordo com a teoria, pode-se afirmar que a população, o endividamento, as receitas fiscais e o saldo corrente dos Municípios são os que influenciam positivamente a sua CF. Por sua vez, as despesas de capital e as transferências provenientes da Administração Central provocam uma pior CF.

#### **4.4. Discussão dos Resultados**

Nesta subsecção é essencial relacionar e comparar os resultados obtidos com as hipóteses de investigação propostas. Esta análise permite avaliar se as hipóteses foram confirmadas ou refutadas, fornecendo *insights* valiosos sobre a validade das suposições iniciais. Nesta subsecção, explorar-se-á em detalhe os resultados obtidos e a sua relação com as hipóteses, oferecendo uma visão aprofundada

sobre os resultados alcançados. É expectável que os Municípios Portugueses pretendam apresentar uma melhor CF, de modo a cumprirem com as suas obrigações.

A validação das hipóteses de investigação ocorre desde que o sinal do resultado obtido seja igual à relação esperada e o coeficiente seja estatisticamente significativo. Caso contrário, ou se na análise multivariada não tenha sido possível obter evidências estatísticas, não se procederá à validação das hipóteses. Tal como analisado anteriormente, as variáveis que contribuem para este estudo são a população, o endividamento, as receitas fiscais, as despesas de capital, o saldo corrente, as transferências da Administração Central e o Covid-19.

Assim, a Tabela 8 apresenta os sinais obtidos na análise multivariada bem como a validação ou não das hipóteses de investigação.

**Tabela 8.** Resultados e Validação de Hipóteses.

Hipótese	Variável	Relação Esperada	Resultado Obtido	Validação
H1	POP	-	+	x
H2	END	-	+	x
H3	REF	+	+	✓
H5	DEC	+/-	-	✓
H6	SLC	+	+	✓
H7	TAC	+	-	x
H8	LOC			x
H9	IDP			x
H10	COV	-	+	x

Nota: Esta tabela apresenta os resultados obtidos e a validação das hipóteses, em que “x” significa não validada e “✓” hipótese validada.

Fonte: Elaboração própria

De acordo com a Tabela 8 é possível constatar que existem 6 hipóteses de investigação que não obtiveram significância estatística, são elas H1, H2, H7, H8, H9 e H10.

A H1 investiga a influência do tamanho da população dos Municípios perante a sua CF. Visto que o resultado obtido da variável é contrário ao esperado, verifica-se que quanto maior for o número de habitantes do Município melhor é a CF deste. Esta conclusão não vai ao encontro dos estudos de Gonçalves (2018) e Santis (2020), nos quais afirmam que quanto maior o tamanho da população, maior será a tendência do Município em aumentar as despesas relacionadas com a prestação de serviços. Assim, rejeita-se a hipótese de investigação.

O mesmo acontece com H2. Uma vez que não se verifica a mesma relação entre o sinal esperado (Bolívar et al., 2013) da variável e o obtido, rejeita-se a hipótese. Deste modo, o endividamento dos Municípios impacta positivamente a sua CF.

A hipótese relacionada com as transferências da Administração Central também é refutada. A H7 não apresenta significância estatística, pelo que se considera que as transferências recebidas da Administração Central induz uma variação negativa na CFM. Estes resultados vão ao encontro do estudo de Andirfa et al. (2016) que constataram que a receita intergovernamental tem efeito negativo sobre a CFM uma vez que quanto maior esta for, mais dependentes os Municípios ficam desta para atender às suas necessidades.

A hipótese H8 que se relaciona com a localização dos Municípios, não obteve significância estatística. Constata-se assim que o facto de os Municípios estarem localizados no Litoral não tem impacto CFM. Esta conclusão não vai ao encontro da literatura na qual Lobo (2012) afirma que o desequilíbrio financeiro é mais provável e maior nos Municípios do Litoral. Portanto, a hipótese é rejeitada.

O mesmo acontece com H9, uma vez que não se verifica significância estatística o facto de o Município ser governado por partidos políticos de esquerda não afeta a sua CF. Assim, não se confirma o estudo de Lobo (2012) e rejeita-se a hipótese apresentada.

A H10 investiga o impacto da pandemia de Covid-19 na CFM. Esta hipótese é refutada uma vez que o resultado obtido é contrário ao esperado e por esse motivo pode-se afirmar que a Covid-19 tem um impacto positivo na Saúde Financeira dos Municípios Portugueses.

Relativamente às hipóteses de investigação estatisticamente significativas, foram validadas H3, H5 e H6.

A H3 relaciona positivamente as receitas fiscais com a CFM, uma vez que é estatisticamente significativa a hipótese é validada. Como verificado por Batista et al. (2023), as receitas fiscais municipais representam a principal fonte de receita própria dos Municípios e são de extrema importância para o funcionamento e desenvolvimento destes, pois possibilitam a realização de investimentos e a prestação de serviços essenciais à população, além de garantir a sua autonomia financeira.

A H5, referente às despesas de capital, também é validada uma vez que é estatisticamente significativa a um nível de significância de 1% e tendo por base os resultados da análise multivariada. Inicialmente a relação da hipótese não foi definida, por não haver um consenso relativamente às conclusões de estudos anteriores (Andirfa et al., 2016; Leki, 2018; Aminah et al., 2019; Qowi & Prabowo, 2017). Como verificado por Qowi e Prabowo (2017), quanto maiores forem as despesas de capital, pior será a sua CF. Esta relação pode ser explicada pelo facto de as despesas de capital poderem sobrecarregar o Município com dívidas adicionais, desviar recursos de necessidades imediatas e prejudicar a manutenção de ativos existentes, afetando assim negativamente a CF Municipal.

A H6 relaciona positivamente o saldo corrente com a CF Municipal. Uma vez que é estatisticamente significativa, a H6 é validada. Tal como verificado por Pascual et al. (2008), os Municípios com saldo corrente maior apresentam melhor CF. Um maior saldo corrente indica que o Município está a arrecadar mais receitas do que despesas, o que demonstra uma boa Saúde Financeira. Além disso, oferece flexibilidade para atender a despesas inesperadas, investir em projetos e reduzir a dependência de empréstimos, contribuindo assim para uma melhor CF.

## Conclusões, Limitações e Linhas de Investigação Futuras

Os Municípios exercem um papel fundamental na Administração Local, na prestação de serviços públicos, na promoção do desenvolvimento económico e na representação dos interesses das comunidades locais.

A CFM desempenha um papel crítico na Administração Local. É um indicador-chave da sua saúde e da capacidade de fornecer serviços públicos essenciais. Municípios com gestão financeira sólida têm a capacidade de investir em projetos, responder eficazmente a crises e manter serviços de qualidade. A estabilidade financeira atrai investimentos, promove o crescimento económico e cria um ambiente favorável aos negócios. Assim, a administração eficaz das finanças municipais é essencial para construir comunidades prósperas e sustentáveis.

Ao longo deste relatório procurou-se perceber qual o impacto da Covid-19 na CFM Portugueses, utilizando-se dados referentes a 4 anos (2018 a 2021), no qual foram também utilizadas três variáveis dependentes (Flexibilidade, Vulnerabilidade e Sustentabilidade) e dez fatores explicativos da CF Municipal. É notável a surpreendente capacidade de adaptação dos Municípios às circunstâncias impostas pela Covid-19. Diante dos desafios sem precedentes, muitos Municípios demonstraram agilidade na resposta às necessidades emergentes. Isto inclui a rápida transição para novos modelos de negócio, como o comércio e serviços online, o que permitiu um aumento temporário na receita fiscal em algumas áreas. Esta adaptabilidade também se estendeu a outras áreas, como a implementação de medidas de saúde pública, apoio a populações vulneráveis e a integração de tecnologia para fornecer serviços essenciais à comunidade. A pandemia serviu como um catalisador para a inovação em vários setores municipais, destacando a importância da flexibilidade e da resposta ágil em tempos de crise.

No entanto, é importante reconhecer que tais adaptações foram necessárias devido aos desafios extraordinários enfrentados durante a pandemia. Na maioria dos casos, a Covid-19 teve impactos económicos negativos, com a redução da atividade económica e o aumento das despesas com saúde pública e a recuperação a longo prazo continua a ser uma prioridade crítica para a maioria dos Municípios. Esta capacidade de adaptação demonstrada pelos Municípios ressalta a importância da resiliência e da capacidade de resposta eficaz a desafios imprevistos em tempos de crise.

Os resultados obtidos permitiram concluir que a população, as receitas fiscais, o saldo corrente e a Covid-19 são os fatores mais relevantes para o estudo. A população desempenha um papel vital na CFM, ou seja, uma população maior geralmente significa uma base tributável mais ampla, gerando mais receitas fiscais para o Município. Estas são um elemento-chave das finanças municipais, permitindo

que o Município financie serviços e projetos. Também o saldo corrente é um indicador crítico da Saúde Financeira do Município. Um saldo corrente positivo indica a capacidade de cumprir as obrigações financeiras e investir em melhorias. A pandemia da Covid-19 introduziu uma variável desafiadora nas finanças municipais. A gestão eficaz destes elementos é fundamental para garantir a estabilidade financeira e a capacidade fornecer serviços públicos essenciais.

De notar que as variáveis endividamento e transferências da Administração Central apenas se mostram irrelevantes para o estudo na regressão da Flexibilidade, sendo que o mesmo ocorre na regressão da Vulnerabilidade com as despesas de capital. É importante ressaltar que o equilíbrio entre o endividamento e as transferências é crucial. O endividamento excessivo pode levar a desafios financeiros, enquanto a dependência excessiva de transferências pode limitar a autonomia e a sustentabilidade financeira dos Municípios. As despesas de capital desempenham um papel fundamental na CFM, uma vez que estas estão diretamente relacionadas a investimentos. Por sua vez, a localização e a ideologia política não se mostram relevantes para o estudo.

De realçar também a relação positiva entre as variáveis população, endividamento, receitas fiscais, saldo corrente, Covid-19 e a CF. As restantes variáveis significativas detêm uma relação negativa com a variável dependente.

É fundamental fortalecer a gestão financeira dos Municípios, isto envolve garantir transparência, controlo e eficiência na utilização dos recursos públicos, e desenvolver um plano de recuperação financeira. Estas ações podem ajudar a reverter a situação, alcançando um saldo corrente positivo, o que pode melhorar a CF Municipal.

Uma melhoria na economia nacional pode beneficiar os Municípios, proporcionando um aumento na arrecadação de impostos e atraindo investimentos. Isso pode resultar na melhoria da CFM e na possibilidade de investir em projetos e serviços públicos que beneficiem a população local.

Uma limitação deste estudo foi a disponibilidade e qualidade dos dados utilizados, ou seja, pode haver lacunas ou imprecisões que afetam a precisão e a representatividade dos resultados. Além disso, os dados não estavam disponíveis para todos os municípios.

Para trabalhos futuros, pode-se sugerir efetuar o mesmo estudo, mas com mais variáveis explicativas, bem como alargar o estudo para um espaço temporal maior.

## Referências

- Ahrens T., & Ferry L. (2020). Financial resilience of english local government in the aftermath of Covid-19. *Journal of Public Budgeting, Accounting and Financial Management*, 32(5), 813-823. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-07-2020-0098>
- Aminah, I., Afiah, N., & Pratama, A. (2019). Pengaruh size, wealth, intergovernmental revenue dan belanja modal terhadap kinerja pemerintah daerah. *Jurnal SIKAP (Sistem Informasi, Keuangan, Auditing dan Perpajakan)*, 3(2), 147-165. <https://doi.org/10.32897/jsikap.v3i2.137>
- Andirfa, M., Basri, H., Com, M., Shabri, M., Majid, A., & Ec, M. (2016). Pengaruh belanja modal, dana perimbangan dan pendapatan asli daerah terhadap kinerja keuangan kabupaten dan kota di Provinsi Aceh. *Jurnal Magister Akuntansi*, 5(3), 30-38. <https://jurnal.usk.ac.id/JAA/article/view/4523/3898>
- Antunes, D. (27 a 29 de agosto de 2018). *Avaliação de desempenho dos governos municipais gaúchos: Uma análise do desempenho orçamentário-financeiro dos Municípios a partir do Teste de 10 Pontos da Condição Financeira de Brown (1993)*. II Congresso Internacional de Desempenho do Setor Público. CIDESP, Florianópolis, Brasil.
- Arnett, S. (2014). *State fiscal condition: Ranking the 50 states* [Paper presentation]. <https://shre.ink/cwVV>
- Basílio, E. (2018). *Os determinantes do desequilíbrio financeiro dos Municípios Portugueses*. [Dissertação de Mestrado em Administração Autárquica, Instituto Politécnico de Bragança]. Biblioteca Digital do IPB. [https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/18504/1/Bas%C3%ADlio\\_Eva.pdf](https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/18504/1/Bas%C3%ADlio_Eva.pdf)
- Bastida, F., Beyaert, A., & Benito, B. (2012). Electoral cycles and local government debt management. *Local Government Studies*, 39(1), 107–132. <https://doi.org/10.1080/03003930.2012.683861>
- Batista, A., Carvalho, T., Macedo, M., & Cruz, C. (3-6 de dezembro de 2022). *Análise da condição financeira dos municípios brasileiros no contexto da pandemia da Covid-19*. XVI Congresso ANPCONT. [https://anpcont.org.br/wp-content/uploads/2023/02/ID\\_152.pdf](https://anpcont.org.br/wp-content/uploads/2023/02/ID_152.pdf)
- Berne, R., & Schramm, R. (1986). *The financial analysis of governments*. Prentice Hall, New Jersey.
- Bisogno, M., Cuadrado-Ballesteros, B., & García-Sánchez, M. (2017). Financial sustainability in local governments: definition, measurement and determinants. In M. Bolívar, *Financial Sustainability in Public Administration: Exploring the Concept of Financial Health* (57-83). Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-57962-7>
- Bisogno, M., Cuadrado-Ballesteros, B., Santis, S. & Citro, F. (2019). Budgetary solvency of italian local governments: an assessment. *International Journal of Public Sector Management*, 32, 122-141. <https://doi.org/10.1108/IJPSM-11-2017-0328>

- Bolívar, M., Muñoz, L., & Hernández, A. (2013). Determinants of financial transparency in government. *International Public Management Journal*, 16(4), 557-602. <https://doi.org/10.1080/10967494.2013.849169>
- Bolívar, M., Galera, A., & Muñoz, L. (2014). New development: the role of accounting in assessing local government sustainability. *Public Money and Management*, 34(3), 233-236. <https://doi.org/10.1080/09540962.2014.908035>
- Bouckaert G., Galli D., Kuhlmann S., Reiter R., & Hecke S. (2020). European coronationalism? A hot spot governing a pandemic crisis. *Public Administration Review*, 80(5), 765-773. <https://doi.org/10.1111/puar.13242>
- Brown, K. (1993). *The 10-point test of financial condition: Toward an easy-to-use assessment tool for smaller cities*. Government Finance Review. <https://localgovernment.extension.wisc.edu/files/2016/04/kenneth-brown-Ten-point-test.pdf>
- Brusca, I., Rossi, F., & Aversano, N. (2015). Drivers for the financial condition of local government: A comparative study between Italy and Spain. *Lex Localis - Journal of Local Self-Government*, 13(2), 161-184. [https://doi.org/10.4335/13.2.161-184\(2015\)](https://doi.org/10.4335/13.2.161-184(2015))
- Cabaleiro, R., Buch, E., & Vaamonde, A. (2013). Developing a method to assessing the municipal financial health. *The American Review of Public Administration*, 43(6), 729-751. <https://doi.org/10.1177/0275074012451523>
- Canadian Institute of Chartered Accountants. (2010). Indicators of financial condition. Toronto, Canada. <https://oag-ns.ca/sites/default/files/publications/2010%20-%20Feb%20-%20Ch%2006%20-%20Indicators%20of%20Financial%20Condition.pdf>
- Carmeli, A. (2008). The fiscal distress of local governments in Israel: sources and coping strategies. *Administration & Society*, 39, 984-1007. <https://doi.org/10.1177/0095399707309358>
- Casal, R. & Gómez, E. (2011). Hacia la determinación de la condición financeira de la administración pública. Aplicación a los municipios de la comunidad autónoma de Galicia. *Revista Latinoamericana de Administración*, 47, 43-60. <https://www.redalyc.org/pdf/716/71618917004.pdf>
- Cho, C., & Kurpierz, J. (2020). Stretching the public purse: budgetary responses to Covid-19 in Canada. *Journal of Public Budgeting, Accounting and Financial Management*, 32(5), 771-783. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-05-2020-0070>
- Cohen, S., Doumpos, M., Neophytou, E., & Zopounidis, C. (2012). Assessing financial distress where bankruptcy is not an option: An alternative approach for local municipalities. *European Journal of Operational Research*, 218(1), 270-279. <https://doi.org/10.1016/j.ejor.2011.10.021>
- Cuadrado-Ballesteros, B., Mordán, N., & García-Sánchez, I. (2014). Is local financial health associated with citizens' quality of life? *Social Indicators Research*, 119(2), 559-580. <https://doi.org/10.1007/s11205-013-0533-2di>
- Dantas Júnior, A. (2018). A influência do federalismo fiscal sobre o estresse fiscal dos municípios brasileiros. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba). Repositório Institucional da Universidade Federal da Paraíba). <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/13039/1/Arquivototal.pdf>

- Díaz, A., López, G. & Gómez, J. (2012). Principales tendencias en la evaluación de la condición financiera municipal y el efecto crisis management. *Contaduría Universidad de Antioquia*, (60). <https://revistas.udea.edu.co/index.php/cont/article/view/14688/12841>.
- Diniz, J., Macedo, M., & Corrar, L. (2011). *Mensuração da eficiência financeira municipal no Brasil e sua relação com os gastos nas funções de governo*. *Gestão & Regionalidade*, 28(83), 5-20. <https://www.redalyc.org/pdf/1334/133423644002.pdf>
- Direção-Geral do Orçamento. (2020). Conta Geral do Estado. (Relatório de Análise Global e Conta da Segurança Social). <https://www.dgo.gov.pt/politicaorcamental/ContaGeraldoEstado/2020/CGE%202020%20vol1tom001.pdf>
- Estrutura Orgânica*. Câmara Municipal de Peso da Régua. <https://www.cm-pesoregua.pt/pages/605>
- European Union. 2012. Sustainability of public finances. In Fiscal Sustainability Report (17-24). <https://doi.org/10.2765/19669>
- Fernandes, M., Camões, P. & Jorge S. (2020). *Anuário financeiro dos municípios portugueses 2020*. Ordem dos Contabilistas Certificados.
- Ferreira, F. (2011). *Determinantes do endividamento municipal em Portugal* [Dissertação de Mestrado em Economia, Mercados e Políticas Públicas, Universidade do Minho]. RepositoriUM - Biblioteca da Universidade do Minho. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/17484>
- Gardini, S., & Grossi, G. (2018). What is known and what should be know about factors affecting financial sustainability in the public sector: a literature review. In M. Bolívar and M. Subires, *Financial sustainability and Intergenerational Equity in Local Governments* (pp. 179-205). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-5225-3713-7.ch008>
- Gómez, J., Hernández, A., & Bastida, A. (2006). Evaluación de la condición financiera en las administraciones locales a través del análisis de componentes principales. *Presupuesto y Gasto Público*. [https://www.ief.es/docs/destacados/publicaciones/revistas/pgp/43\\_Evaluacion.pdf](https://www.ief.es/docs/destacados/publicaciones/revistas/pgp/43_Evaluacion.pdf)
- Gonçalves, M. (2018). *Condição financeira dos municípios brasileiros: Fatores determinantes*. [Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis, FUCAPE Business School]. Produção Académica da FUCAPE. <https://fucape.br/producao-academica-1/condicao-financieira-dos-municipios-brasileiros-fatores-determinantes-2/>
- González, E., Cárcaba, A., Ventura, J., & García, J. (2011). Measuring quality of life in spanish municipalities. *Local Government Studies*, 37(2), 171-197. <https://doi.org/10.1080/03003930.2011.554826>
- Gorina, E., Maher, C., & Joffe, M. (2018). Local fiscal distress: measurement and prediction. *Public Budgeting & Finance*, 38(1), 72-94. <https://doi.org/10.1111/pbaf.12165>
- Governmental Accounting Standards Board (2004). *Economic condition reporting: the statistical section - an amendment of NCGA statement 1*. Financial Accounting Foundation, Connecticut.
- Grittayaphong, P. & Restrepo-Echavarria, P. (2023). Covid-19: Fiscal implications and financial stability in developing countries. *Federal Reserve Bank of St. Louis Review*, 105(3), 137-149. <https://doi.org/10.20955/r.105.137-49>

- Groves, S., Godsey, W. & Shulman, M. (1981). Financial indicators for local government. *Public Budgeting e Finance*, 1(2), 5-19. <https://doi.org/10.1111/1540-5850.00511>
- Groves, S., Nollenberger, K. & Valente, G. (2003). *Evaluating financial condition: a handbook for local government*. (4th ed.). The International City/Country Management Association - ICMA, Washington, D.C.
- Guillamón, M., Bastida, F., & Benito, B. (2011). The determinants of local government's financial transparency. *Local Government Studies*, 37(4), 391-406. <https://doi.org/10.1080/03003930.2011.588704>
- Helpap, D. (2016). The importance and complexity of assessing urban fiscal health. *State and Local Government Review*, 48, 208-216. <https://doi.org/10.1177/0160323X16659908>
- Huang, C. & Ho, Y. (2013). Analyzing the fiscal health of local governments in Taiwan: evidence from quantile analysis. *International Journal of Economics and Management Engineering*, 7(7), 2068-2072.
- International Federation of Accountants. (2014). *Handbook of international public sector accounting pronouncements*. <https://www.ifac.org/system/files/publications/files/Handbook-of-International-Public-Sector-Accounting-Pronouncements-Volume-1.pdf>
- International Public Sector Accounting Standards Board. (2013). Reporting on the long-term sustainability of an entity's finances. *International Federation of Accountants*. <https://www.ifac.org/system/files/publications/files/RPG%201%20Long%20term%20SUSainabilit%20of%20Public%20Finances%20July%2024%202013.pdf>
- Jacob, B., & Hendrick, R. (2013). Measuring and predicting local government fiscal stress: theory and practice. In Levine, H., Justice, J., & Scorsone, E., *Handbook of Local Government Fiscal Health* (pp. 11–41). Jones and Bartlett Learning.
- James, E. & Wooten, L. (2010). *Leading under pressure: From surviving to thriving before, during, and after a crisis*. Routledge Academic, New York. <https://doi.org/10.1111/J.1468-5973.2011.00660.X>
- Joyce, P., & Prabowo, A. (2020). Government responses to the coronavirus in the United States: immediate remedial actions, rising debt levels and budgetary hangovers. *Journal of Public Budgeting, Accounting and Financial Management*, 32(5), 745-758. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-07-2020-0111>
- Leki, Y. (2018). Pengaruh pendapatan asli Daerah dan belanja modal terhadap kinerja keuangan pada pemerintah kabupaten Halmahera Barat. *Jurnal Berkala Ilmiah Efisiensi*, 18(5), 164-174. <https://ejournal.unsrat.ac.id/v3/index.php/jbie/article/view/21490/21198>
- Lima, S., & Diniz, J. (2016). *Contabilidade Pública: Análise Financeira Governamental*. Atlas, São Paulo.
- Lisboa, M. (2019). Elementos para a elaboração de um desenho empírico. *Mural Internacional*, 10. <https://doi.org/10.12957/rmi.2019.38439>
- Lobo, F. (2012). *A descentralização orçamental e o endividamento público subnacional: uma aplicação aos municípios portugueses* [Tese de Doutoramento em Economia, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral - Repositório Científico da Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/22581>

- Maher, C., Hoang, T., & Hindery, A. (2020). Fiscal responses to Covid-19: Evidence from local governments and nonprofits. *Public Administration Review*, 80(4), 644-650. <https://doi.org/10.1111/puar.13238>
- Maher, C. & Nollenberger, K. (2009). Revisiting kenneth Brown's "10-Point Test". *Government Finance Review*, 25(5), 61-66. <https://localgovernment.extension.wisc.edu/files/2016/04/GFRoct09KennethBrownUpdate.pdf>
- Marhawai. (2015). Pengaruh Ukuran Legislatif, Kemakmuran Pemerintah Daerah, Ukuran Pemerintah Daerah dan Intergovernmental Revenue terhadap Kinerja Keuangan Pemerintah Daerah (Studi Pada Kabupaten/Kota Di Aceh Tahun 2010 s.d 2014). *Jurnal Telaah dan Riset Akuntansi*, 8(1). <https://core.ac.uk/download/pdf/297661667.pdf>
- McDonald, B. (2018). Local governance and the issue of fiscal health. *State and Local Government Review*, 50(1), 46-55. <https://doi.org/10.1177/0160323X18765919>
- Nemec, J., & Spacek, D. (2020). The Covid-19 pandemic and local government finance: Czechia and Slovakia. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 32(5), 837-846. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-07-2020-0109>
- Nobre, C. (2017). *A Condição Financeira governamental e sua influência na transparência da gestão pública municipal*. [Dissertação de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional da Universidade Federal da Paraíba. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12571>
- Nogueira, C. (2019). *Análise financeira na gestão empresarial*. Lisboa. [https://www.cgd.pt/Sustentabilidade/Negocio-Responsavel/Documents/MasterclassV\\_AnaliseFinanceiranaGestaoEmpresarial.pdf](https://www.cgd.pt/Sustentabilidade/Negocio-Responsavel/Documents/MasterclassV_AnaliseFinanceiranaGestaoEmpresarial.pdf)
- Office of Auditor General of Canada. (2012). Indicators of financial condition. In Office of Auditor General of Canada, 54-62. <https://www.oag-ns.ca/sites/default/files/publications/2012%20-%20Jan%20-%20Full%20-%20NSOAG%20Report.pdf>
- Pascual, P., Cabasés, F., & Ezcurra, R. (7-8 de febrero de 2008). Financiación, restricciones institucionales y endeudamiento: Un análisis con microdatos de los municipios de Navarra. XV Encuentro de Economía Pública. Salamanca. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3136575>
- Pérez, M., & Gómez, J. (5-6 de febrero de 2009). *Condición financiera, eficiencia en costes y calidad en la prestación de servicios públicos locales*. XVI Encuentro de Economía Pública, Granada. [https://digibug.ugr.es/bitstream/handle/10481/29598/Muniz\\_CostesServiciosPublicos.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://digibug.ugr.es/bitstream/handle/10481/29598/Muniz_CostesServiciosPublicos.pdf?sequence=1&isAllowed=y)
- Pirtea, M., Nicolescu, A., & Mota, P. (2013). An empirical study on public debt's determinants: evidence from Romania. *Transylvanian Review of Administrative Sciences*, 38(E), 144-157. <https://rtsa.ro/tras/index.php/tras/article/view/117/113>
- PORDATA. (s.d.). Exportações de bens: total e por tipo. Acedido em: <https://www.pordata.pt/portugal/exportacoes+de+bens+total+e+por+tipo-2327>
- PORDATA. (s.d.). Importações de bens: total e por tipo. Acedido em: <https://www.pordata.pt/portugal/importacoes+de+bens+total+e+por+tipo-2326>

- PORDATA. (s.d.). Taxa de crescimento do PIB. Acedido em: <https://www.pordata.pt/portugal/taxa+de+crescimento+do+pib-2298>
- PORDATA. (s.d.). Taxa de desemprego: total e por sexo (%). Acedido em: [https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-550](https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+(percentagem)-550)
- Projetos*. Associação de Municípios Portugueses do Vinho. <http://ampv.pt/projetos/#1>
- Qowi, R., & Prabowo, T. (2017). Pengaruh karakteristik pemerintah daerah dan temuan pemeriksaan BPK terhadap kinerja pemerintah daerah kabupaten/kota di Indonesia tahun anggaran 2012. *Diponegoro Journal of Accounting*, 6(1), 298-310. <https://ejournal3.undip.ac.id/index.php/accounting/article/view/18292>
- Ribeiro, N., Jorge, S., & Oliver, M. (2012). Estudo do endividamento da administração local: evidência empírica usando modelos de dados em painel. XV Encontro AECA. Esposende, Portugal. <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/8992>
- Ribeiro, N., Tavares, E. e Nogueira, S. (2016). Fatores determinantes da condição financeira dos Institutos Politécnicos Portugueses. <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/15734/1/162f.pdf>
- Ritonga, I., Clark, C., & Wickremasinghe, G. (2012). Assessing financial condition of local government in Indonesia: na exploration. *Public and Municipal Finance*, 1(2), 37-50. [https://www.businessperspectives.org/images/pdf/applications/publishing/templates/article/asset/s/4282/pmf\\_2012\\_02\\_Ritonga.pdf](https://www.businessperspectives.org/images/pdf/applications/publishing/templates/article/asset/s/4282/pmf_2012_02_Ritonga.pdf)
- Ritonga, I. (2014). *Modelling local government financial conditions in Indonesia*. [Doctoral Dissertation of Philosophy, Victoria University]. Victoria University Research Repository. [https://vuir.vu.edu.au/25831/1/RITONGA%20Irwan%20Taufiq-thesis\\_nosignature.pdf](https://vuir.vu.edu.au/25831/1/RITONGA%20Irwan%20Taufiq-thesis_nosignature.pdf)
- Rivenbark, W., Roenigk, D. & Allison, G. (2010). Conceptualizing financial condition in local government. *Journal of Public Budgeting, Accounting and Financial Management*, 22(2), 149-177. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-22-02-2010-B001>
- Santis, S. (2020). The demographic and economic determinants of financial sustainability: An analysis of italian local governments. *Sustainability*, 12(18). <https://doi.org/10.3390/su12187599>
- Santos, L., Silva, K., Santos, S., Oliveira, C. e Santos, E. (2020). Condição financeira dos governos locais: Uma revisão sistemática da literatura. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 12(3), 118-133. [https://www.researchgate.net/publication/349220039\\_Governos\\_Locais\\_e\\_a\\_condicao\\_financieira\\_uma\\_analise\\_sistemica](https://www.researchgate.net/publication/349220039_Governos_Locais_e_a_condicao_financieira_uma_analise_sistemica)
- Schaltegger, C., & Torgler, B. (2007). Government accountability and fiscal discipline: A panel analysis using swiss data. *Journal of Public Economics*, 91, 117-140. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2006.07.003>
- Silva, J. (2013). A evolução do endividamento autárquico em Portugal. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro). Repositório Institucional de Aveiro.

- Silva, M., & Caldas, O. (2019). *Condição financeira e contas de governo: Uma análise nos municípios do estado do rio de janeiro (2009 a 2015)*. III Congresso Internacional de Desempenho do Setor Público – CIDESP, Florianópolis.
- Silva, R. (2020). Ministra confirma primeiro caso positivo de coronavírus em Portugal. *Jornal Expresso*. <https://expresso.pt/sociedade/2020-03-02-Ministra-confirma-primeiro-caso-positivo-de-coronavirus-em-Portugal>
- Sinervo, L. (2020). Financial sustainability of local governments in the eyes of finnish local politicians. *Sustainability*, 12(23). <https://doi.org/10.3390/su122310207>
- Teixeira, A., & Martins, V. (2019). A contabilidade orçamental, o código dos contratos públicos e a execução do orçamento da despesa. *Repositório Comum*. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/28085>
- Tribunal de Contas. (2020). Impacto das medidas adotadas no âmbito da COVID-19 nas entidades da Administração Local do Continente. (Relatório n.º 7). <https://www.tcontas.pt/pt-pt/ProdutosTC/Relatorios/relatorios-oac/Documents/2020/relatorio-oac-2020-07.pdf>
- Tribunal de Contas. (2021). Impacto das medidas adotadas no âmbito da COVID-19 nas entidades da Administração Local do Continente. (Relatório n.º 8). <https://www.tcontas.pt/pt-pt/ProdutosTC/Relatorios/relatorios-oac/Documents/2021/relatorio-oac008-2021.pdf>
- Trussel, J., & Patrick, P. (2018). Assessing and ranking the financial risk of municipal governments: the case of Pennsylvania. *Journal of Applied Accounting Research*, 19, 81-101. <https://doi.org/10.1108/JAAR-05-2016-0051>
- Vonen, N. H. (2011). *A financial conditions index for Norway*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Oslo]. [https://norges-bank.brage.unit.no/norges-bank-xmlui/bitstream/handle/11250/2507329/staffmemo\\_0711.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://norges-bank.brage.unit.no/norges-bank-xmlui/bitstream/handle/11250/2507329/staffmemo_0711.pdf?sequence=1&isAllowed=y)
- Wallstedt, N., Grossi, G., & Almqvist, R. (2014). Organizational solutions for financial sustainability: A comparative case study from the swedish municipalities. *Journal of Public Budgeting, Accounting and Financial Management*, 26(1), 181-218. [https://www.researchgate.net/publication/261142300\\_Organisational\\_solutions\\_for\\_financial\\_SU\\_Sainability\\_A\\_comparative\\_case\\_study\\_from\\_the\\_Swedish\\_Municipalities](https://www.researchgate.net/publication/261142300_Organisational_solutions_for_financial_SU_Sainability_A_comparative_case_study_from_the_Swedish_Municipalities)
- Wang, X., Dennis, L., & Tu, Y. (2007). Measuring financial condition: A study of US States. *Public Budgeting & Finance*, 27(2), 1-21. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5850.2007.00872.x>
- Wojtyna, A. (2020). O niektórych próbach zrozumienia istoty i skutków obecnego kryzysu. *Biuletyn Polskiego Towarzystwa Ekonomicznego*, 90(3), 45-52. [https://archiwum.pte.pl/pliki/1/68/biuletyn\\_3-2002v.pdf](https://archiwum.pte.pl/pliki/1/68/biuletyn_3-2002v.pdf)
- Zafra-Gómez, J., López-Hernández, A., & Hernández-Bastida, A. (2009). Developing a model to measure financial condition in local government - Evaluating service quality and minimizing the effects of the socioeconomic environment: An application to spanish municipalities. *The American Review of Public Administration*, 39(4), 425-449. . <https://doi.org/10.1177/027507400832071>